

**ATA N.º 05/2018**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 29 de junho de 2018-----

----- Aos 29 dias do mês de junho de 2018, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

**1** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----

**2** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Duarte Arnaut;-----

**3** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de Mini Escavadora;-----

**4** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Aquisição de Atrelado;-----

**5** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XV Feira do Tremoço;-----

**6** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XVI Feira do Vinho e da Gastronomia;-----

**7** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VIII Mostra Gastronómica Sopas e Pedras;-----

**8** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza da Praia da Tocha;-----

**9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2017, pela Equipa de Sapadores Florestais;-----

**10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de plurianualidade do subsídio para

2019, atribuído à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Construção do Polivalente da Camarneira;-----

**11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / XVI Feira do Vinho e da Gastronomia;-----

**12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / XV Feira do Tremoço;-----

**13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença desportiva / Prova de BTT e pedestre “Caminhos do tremoço”;--

**14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / VII Mostra Gastronómica Sopas e Pedras, em Outil;-----

**15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / Mês da Cultura, Saúde e Desporto de Ançã;--

**16** - Relação das isenções de taxas municipais concedidas durante o 1.º semestre de 2018 pela Câmara Municipal / Para conhecimento;-----

**17** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Lemede, a celebrar entre o Município de Cantanhede, a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça e a Associação Sombras Negras Atlético Clube, no âmbito do Programa de requalificação do 1.º CEB;

**18** - Centro de Saúde de Cantanhede / Requalificação do Espaço envolvente e iluminação do Parque de Estacionamento / Comunicação enviada pela Sr.ª Presidente da Câmara ao Sr. Ministro da Saúde / Para conhecimento;-----

**19** - Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2018;-----

**20** - Apreciação, discussão e votação da proposta de dissolução e liquidação da WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A., ao abrigo do art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais;-----

**21** - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede, ano de 2017;-----

**22** - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 18/12/2017 / 1 de Abril a 14 de junho 2018 / Para conhecimento;-----

**23** - Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2018;-----

**24** - Análise do problema das descargas de águas residuais do “Intercetor Sul” das Águas do Centro Litoral (ADCL) – Ponto da situação com a presença do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins;-----

**25** - Apreciação, discussão e votação da proposta da suspensão do Plano de Saneamento Financeiro.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedido de substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira, pelo Tesoureiro, Bruno Alexandre da Silva Marques, da Presidente da Junta de Freguesia de Cadima pelo seu Secretário, Carlos Manuel de Oliveira Gregório e do

Sr. João Miguel da Cruz Alegre Parreiral da bancada do PS pelo Sr. Artur Jorge Dias Carvalhinho, da mesma bancada, conforme documentos apresentados.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foram presentes a ata n.º 03/2018, da sessão da Assembleia Municipal de 26 de abril de 2018 e a ata n.º 04/2018, da sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de maio de 2018.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 03/2018, da sessão da Assembleia Municipal de 26 de abril de 2018 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 4/2018, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de maio de 2018 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 27 de abril de 2018 a 29 de junho de 2018, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- Solicitou alguma compreensão a todos os presentes, no âmbito da visita do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, para que os trabalhos decorressem normalmente e que o período de antes da ordem do dia decorra nos termos regimentais que estipulam 60 minutos, podendo, no entanto, haver a necessidade de alguma conciliação dos horários e da agenda.-----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que o Sr. Carlos Negrão, representante da bancada da CDU, tem uma Moção para apresentar e recordou que na última Assembleia Municipal, foi sugerido que as propostas de Moções chegassem com pelo menos oito dias úteis de antecedência, para poderem chegar a todos os membros da Assembleia Municipal antecipadamente para, eventualmente, poder haver conciliação ao nível das bancadas e, ainda para que pudessem estar incluídas na agenda da ordem de trabalhos. Referiu que, se não for possível, por qualquer ocorrência que aconteça, como por exemplo o falecimento do Dr. António Arnault, não deixarão de ser recebidas e votadas para serem discutidas. Assim, informou que a moção apresentada pela bancada da CDU se refere às “Maternidades de Coimbra”, e de seguida, colocou a votação a sua aceitação para apreciação, discussão e votação, tendo a mesma sido aceite por unanimidade.-----

----- Deu, de seguida, a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão e tendo em conta a substituição do Sr. João Parreiral pelo Sr. Artur Carvalhinho, bem como outras substituições operadas que só dizem respeito a uma sessão, solicitou esclarecimentos sobre como se processam essas substituições e durante quanto tempo. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa solicitou ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão que respondesse àquela questão, o qual referiu que as mesmas estão de acordo com o que determina a Lei e o Regimento. Esclareceu que o artigo 57.º do Regimento transcreve na íntegra o que está na Lei, nomeadamente, que *“os membros da Assembleia Municipal podem se fazer substituir nos casos de ausência por períodos até trinta dias. A substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia no qual serão indicados*

*os respetivos inícios e fins*”, tendo sido o que aconteceu naquelas situações. Referiu ainda que são situações que não têm sido usuais, mas têm o enquadramento legal necessário.-----

----- Foi, de novo, dado a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual informou ter um parecer da CCDR do seguinte teor: *“Os fundamentos do pedido de suspensão não estão tipificados na Lei, contendo esta apenas e de forma exemplificativa alguns dos motivos de suspensão, podendo o eleitor apresentar quaisquer outros que considera adequados ao pedido.”* Referiu ainda que a referida listagem exemplificativa consta do artigo 77.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, nomeadamente, *“doença comprovada, exercício dos direitos de paternidade e maternidade, afastamento temporário da área da autarquia por período superior a 30 dias”*. Pelo exposto, considera que a suspensão por uma só vez ou que, cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato, constitui pleno direito de renúncia ao mesmo. Acrescentou que a sua dúvida refere-se à faculdade prevista no Regimento, pois considera que o parecer da CCDR referido é claro quando refere que as suspensões devem ser por um período superior a 30 dias e devem abranger um período. Assim, considerando que não lhe parece fazer sentido, na prática, que um elemento não venha a nenhuma Assembleia e que peça a sua substituição em todas elas, podendo-o fazê-lo, sempre em períodos inferiores a 30 dias, sugeriu que o artigo do Regimento fosse revisto e eventualmente alterado.-----

----- Respondeu o Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro que, aquele artigo transcreve na íntegra o que está na Lei e esclareceu que, nos casos em apreço não se trata de um pedido de suspensão, mas de um pedido de substituição. Referiu de seguida que o artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro fala em suspensão, mas o artigo 78.º fala em ausência inferior a 30 dias e não em suspensão, dizendo

claramente que *“Os membros dos Órgãos das Autarquias Locais podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até 30 dias”*. Concluiu assim que não se trata de uma suspensão, por período inferior a 30 dias, considerando-se uma suspensão quando o período é superior a 30 dias.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, concluiu que, sendo uma prerrogativa da Lei, irá continuar a aceitar aqueles pedidos e sugeriu que, o Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, na próxima Assembleia caso se mostre necessário, possa prestar algum esclarecimento adicional sobre o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao representante da bancada da CDU, Carlos Negrão, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, procedeu à leitura da moção aceite pela Assembleia, do seguinte teor: *“As maternidades de Coimbra - As maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto, com 107 e 55 anos, respetivamente, onde se realizam cerca de 5.000 partos por ano, fazem parte da história da cidade, da Região de Coimbra e das suas populações, sendo reconhecidas a nível nacional pela excelência de cuidados que prestam na área ginecológica, obstétrica e neonatal. Representam muitas dezenas de anos de cuidados de saúde de qualidade, de entrega total dos seus recursos técnicos e humanos, assim como um espaço de formação privilegiado. O desinvestimento nos recursos financeiros, logísticos e humanos destas maternidades, instituições do Serviço Nacional de Saúde, que se reflete na degradação das instalações e dos equipamentos, na redução dos recursos humanos e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços prestados. O encerramento de serviços de apoio na Maternidade Bissaya Barreto, designadamente a esterilização, a farmácia, o laboratório e, por último e mais recentemente, o serviço de ginecologia e na Maternidade Daniel de Matos a cozinha e a esterilização (estes serviços foram*

*enxertados/transferidos para os HUC, mas a capacidade de resposta adequada e atempadamente apenas acontece nos projetos, sendo que a realidade diária é bem diferente ou o anúncio da sua fusão/extinção não podem deixar-nos indiferentes pelos inevitáveis e consequentes prejuízos que daí advêm para a população; porque a estratégia de fusão/extinção de instituições de saúde a nível nacional apenas tem beneficiado os interesses das entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde em prejuízo do Serviço Nacional de Saúde. A ideia publicitada de uma nova Maternidade dentro da cerca dos hiperconcentrados e povoados HUC, com acessos e estacionamento congestionados, também não é solução: a centralização de valências no campus hospitalar Polo HUC seria excessiva; a transferência para um edifício povoado de bactérias, com elevadas taxas de infeção hospitalar, poria em risco grávidas, puérperas e recém-nascidos. O serviço de ginecologia e a medicina de reprodução humana continuariam a funcionar à margem da Maternidade, um no 9º piso e outro no edifício São Jerónimo. O caótico congestionamento de tráfego automóvel nas artérias circundantes de acesso rodoviário aos HUC aumentaria. Porém, a transferência da Maternidade Daniel de Matos e da Maternidade Bissaya Barreto para um edifício, construído para o efeito, com espaço e todas as condições para o funcionamento de um serviço de qualidade a prestar às mulheres e recém-nascidos é exequível e revela uma visão de futuro. A Assembleia Municipal reunida em 29 de junho de 2018, reclama do governo uma resposta adequada do SNS: 1 – A construção de uma nova Maternidade em Coimbra, moderna que abarque o número de partos das atuais maternidades, junto ao Hospital Geral dos Covões, equipado com as especialidades próprias de um hospital central que se articulem com as exigências de apoio à Maternidade; 2 – A recusa que o processo de construção de uma nova Maternidade seja feito segundo os critérios que guiaram a fusão dos hospitais de*



*Coimbra e recusa de soluções do tipo Parcerias Público-Privadas (PPP); 3 – A execução de obras de restauro e beneficiação das instalações das Maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto, aquisição de equipamento moderno e contratação de recursos humanos, que há muito deveria ter acontecido, para reforço e rejuvenescimento das equipas multidisciplinares de forma a manter o serviço de excelência nas áreas de ginecologia, obstétrica e neonatal até que se conclua a construção da nova maternidade.”-----*

----- De seguida, foi dada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Áurea Andrade, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, relativamente à moção apresentada, referiu, nomeadamente que “*aquando da criação do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE (CHUC), perdeu-se a grande oportunidade de encerrar as duas maternidades de Coimbra e concentrar os serviços clínicos num hospital diferenciado polivalente de adultos. Equacionando aspetos de natureza técnica, científica e organizativa, foram realizados estudos segundo os quais o que melhor serve o interesse público, assente numa verdadeira e completa segurança das mulheres grávidas, parturientes, puérperas e recém-nascidos, é uma construção edificada no Polo dos Hospitais da Universidade de Coimbra, com ligações estruturais diretas ao seu interior. Os serviços de Obstetrícia e de Neonatologia de Coimbra, são, na área da Administração Regional de Saúde do Centro, o expoente máximo da assistência à grávida e ao recém-nascido, estando qualificados para proporcionar cuidados do mais alto nível técnico e científico, esgotando todas as possibilidades de diagnóstico e terapêutica. A elevada diferenciação técnica, que tem de solucionar os casos mais complexos com a maior segurança e eficiência, só é possível de alcançar em serviços integrados em hospitais polivalentes diferenciados de adultos, única forma de garantir a proximidade e a disponibilidade permanente de intervenções multidisciplinares que*

*necessitam de apoio da estrutura clínica, existente no polo HUC, é esta a localização que melhor salvaguarda a segurança das grávidas e dos recém-nascidos. A futura maternidade de Coimbra, deve seguir a evidência técnica e científica que melhor garanta a segurança das grávidas e das crianças, que carecem de cuidados altamente diferenciados, da proximidade a equipas pluridisciplinares e equipamentos de elevada diferenciação. O exercício da Obstetrícia não pode estar confinado entre muros, mas sim, junto do polo HUC, da Ginecologia e da Medicina da Reprodução, criando assim uma comunidade de Ginecologistas/Obstetras e Neonatologistas, à semelhança do que acontece em todo o lado e em qualquer parte do mundo. O apoio constante de equipas multidisciplinares, o acesso à inovação e às melhores práticas clínicas, bem como as novas abordagens face a emergências obstétricas e neonatais, que hoje se exigem para as mulheres grávidas, muitas com graves problemas de saúde, não são compatíveis com maternidades isoladas, situação residual em Portugal, mas de que Coimbra, infelizmente, ainda é um exemplo. As tarefas de elevada diferenciação exigidas, a natureza interdisciplinar das atividades assistenciais, sempre crescente, e o caráter de urgência e de emergência de que se revestem, exigem uma rapidez de articulação e de resposta que só a contiguidade física com um hospital polivalente diferenciado de adultos é capaz de proporcionar. Nos dias de hoje, em que ainda se pode ter o privilégio de ser atendido por um serviço de saúde com uma das mais baixas taxas de mortalidade perinatal do mundo, não faz sentido assumir posições que não se fundamentam em critérios técnicos.” Finalmente, esclareceu que o Serviço de Ginecologia não encerrou, tendo sido transferido o serviço que existia na Maternidade Bissaya Barreto para o Polo do HUC, o que já estava equacionado e planeado há mais de dois anos. Questionou, finalmente o Sr. Carlos Negrão,*

relativamente a elevada taxa de infeção hospitalar existente nos Hospitais da Universidade de Coimbra, se sabe efetivamente qual é a percentagem da mesma.----

----- Interveio, de seguida, o Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, anunciando que a Bancada do PSD se irá abster aquando da votação da Moção apresentada e apresentou a seguinte declaração de voto: *“Moção Maternidades de Coimbra. A bancada do PSD abstém-se na votação da moção Maternidades porque partilha parte das preocupações enunciadas, nomeadamente no que toca à degradação das instalações e dos equipamentos, à redução dos recursos humanos, à qualidade dos serviços prestados e à redução da qualidade na saúde dos cidadãos de Coimbra e de toda a zona, particularmente os municípios de Cantanhede. Ainda assim, a carga ideológica e as soluções apontados não estão, no nosso entender, devidamente fundamentadas, sendo de ponderar as seguintes questões: 1) Efetivamente as acessibilidades e as condições de circulação e estacionamento junto aos HUC são caóticas, mas junto ao Hospital dos Covões também tem várias limitações; 2 – É necessário um estudo económico que fundamente a escolha económica de uma das soluções, considerando não só os custos de construção da maternidade, mas também outros, como a construção de vias de acesso, estacionamentos, impacto ambiental, etc; 3 – As limitações apontadas quanto ao risco acrescido de infeções hospitalares e quanto à falta de articulação com os serviços de ginecologia e de medicina de reprodução humana são válidas para os HUC, mas também para a solução apontada pela moção. (Hospital dos Covões). 4 – As limitações humanas e materiais são evidentes e necessitam de soluções urgentes e no imediato, isto é, nas maternidades existentes, às quais acresce necessariamente o investimento que terá de ser realizado aquando da construção da nova maternidade. Pelo exposto e em resumo, defendemos a tomada de medidas imediatas que*

*permitam minorar os problemas existentes e a realização de estudos técnicos e económico-financeiro que permitam fazer uma escolha fundamentada, com a urgência que o assunto exige.”-----*

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra ao representante da bancada da CDU, Carlos Negrão, o qual, respondendo a Áurea Andrade que, no momento, não está na posse da referida taxa, mas que em breve a conseguirá obter, sendo certo que, como representante da administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra, saberá qual é a taxa em causa. Finalmente, constatou que, será difícil para alguns, uns dias defenderem uma coisa e outros dias defenderem outra, dependendo do Governo existente.-----

----- Respondendo ao representante da bancada da CDU, Carlos Negrão, Áurea Andrade informou que, efetivamente é conhecedora da taxa em questão e que a mesma é inferior à média da taxa nacional, não sendo assim elevadíssima conforme foi referido.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação a Moção apresentada pelo representante da bancada da CDU, respeitante \*as “Maternidades de Coimbra”, tendo a mesma sido reprovada, com 1 voto a favor, 7 votos contra e 23 abstenções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que pelas 19h00 será a inauguração de mais uma edição do TAPAS & PAPAS e convidou todos os elementos da Assembleia a estarem presentes na mesma.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se aos seguintes assuntos: - O

facto de Cantanhede ter sido considerado o Município mais amigo do ambiente em Portugal, tendo como indicador 85% dos resíduos sólidos urbanos, que são gerados por todos os residentes recolhidos, o que julga resultar das boas práticas e atitudes domésticas que o Município tem incentivado através da INOVA, dos investimentos que aquela Empresa Municipal tem realizado, com o crescimento da quantidade e da qualidade da reciclagem recolhida, com a sensibilização que tem feito a nível das escolas, a nível da deposição dos resíduos e da colaboração de toda a população. Pelo exposto, deu os parabéns não só ao Município, mas também à empresa municipal INOVA, E.M.-S.A.; - A presença do BIOCANT no maior evento mundial da biotecnologia, a Bio International Convention 2018 nos Estados Unidos, na qual estiveram presentes algumas empresas portuguesas, algumas delas já de renome internacional como a Bluepharma. Referiu ser este o caminho para o investimento ao nível da Biocant, cofinanciado num projeto de valorização da Região Centro, pois precisa de se internacionalizar, ter a oportunidade de estabelecer parcerias e chamar novas empresas para investirem em Cantanhede. Finalizou dando os parabéns pela iniciativa.-----

----- Interveio também o Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, referindo-se aos seguintes assuntos: - Deu os parabéns à INOVA pela conquista do Selo Verde 2018, distinção que premeia e incentiva as boas práticas ambientais, nomeadamente, através da concessão de medidas económicas para as entidades promotoras de grandes eventos. Referiu que a EXPOFACIC foi um dos grandes eventos que conquistou o Selo Verde 2018, sendo um orgulho para todos, ver que aquele evento se encontra englobado num grupo de eventos que inclui entre outros o ROCK IN RIO, o MEO MARÉS VIVAS, o NÓS ALIVE, o VODAFONE PAREDES DE COURA e outros grandes eventos que todos conhecem sobejamente;

- Questionou, de seguida, o Executivo sobre as obras na EN 234, em Murtede, uma vez que o orçamento de 2017 já se referia à construção de passeios naquele local e o ano de 2018 já vai praticamente a meio e a obra ainda não começou. Acrescentou que, a Junta de Freguesia de Murtede tem vindo a promover já há alguns anos ao arranjo do separador central de acesso à Zona Industrial, uma das principais entradas do concelho. Pelo exposto, considera que o início daquelas obras já se arrasta há alguns anos, embora já haja autorização das Estradas de Portugal e projeto; - Ainda relacionado com as estradas e relativamente ao protocolo tripartido celebrado entre a Câmara, a INOVA e as Juntas de Freguesia, em vigor há alguns meses, questionou sobre quando é que a INOVA pretende ir fazer a limpeza urbana dentro das localidades da Junta de Freguesia de Murtede, porque está tudo cheio de ervas e a Junta aguarda que façam essa limpeza que não têm feito.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Carlos Gentil, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou que o Concelho foi muito fustigado pelos incêndios no ano anterior, questionou o Executivo sobre as medidas tomadas para precaver a população em geral.-----

----- Interveio, de seguida, a Sr.<sup>a</sup> Anabela Pato, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, solicitou o ponto da situação do processo que estava pendente no Tribunal de Contas respeitante à requalificação da Escola Marquês de Marialva.--

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, antes de responder a todas as questões colocadas, solicitou autorização para que o Sr. Vereador responsável pela parte florestal, Adérito Machado, respondesse à questão feita por Miguel Gentil, dando informação sobre o ponto da situação de todas as diligências que têm sido efetuadas pelo Município.-----

----- Interveio então o Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, respondeu à questão colocada por Miguel Gentil, da seguinte forma: - Referiu que antes de sair a legislação do Governo, em outubro, perante o que tinha acontecido, foram desenvolvidos uma grande quantidade de procedimentos para facilitar a intervenção da Câmara em propriedade particular que foram aprovados em reunião de Câmara de 21 de novembro de 2017; - Após a legislação aprovada pelo Governo, que continha uma grande quantidade de normas que as Câmaras teriam de cumprir, foi desenvolvido um Edital com toda a informação e com as normas a cumprir no sistema das florestas contra incêndios, alertando-se a população através dos meios de comunicação social; - De 12 de fevereiro a 14 de março do corrente ano foram realizadas 20 sessões de esclarecimento nas freguesias, com o apoio da GNR e do Gabinete de Apoio ao Agricultor. Acrescentou que aquelas ações tiveram sempre uma participação ativa da população e foram muito frutíferas, embora mais em algumas freguesias de que noutras; - Foram sendo desenvolvidas relações entre os Presidentes das Juntas de Freguesia, o Município, a Proteção Civil e, mais tarde com a fiscalização municipal porque considerou-se que era bom que houvesse mais gente no terreno; - Foi feito um trabalho concertado pelas várias freguesias do concelho e na totalidade foram levantados 648 autos por irregularidades, sendo que já se está na fase de verificar se foram ou não limpos os terrenos. Referiu não ser fácil, por se tratar de um problema que não se consegue resolver em meses, mas sim em, pelo menos, 1 ou 2 anos, embora as pessoas tenham consciência do que têm que fazer, o que é muito importante; - Do levantamento que foi feito, verificou-se que, em Ançã existem 101 prédios que estão irregulares, em Cadima 43, Cantanhede e Pocariça 3, Cordinhã 20, Covões e Camarneira 4, Febres 172, Murtede 16, Ourentã 13, Portunhos e Outil 40, São Caetano 114, Sepins e Bolho

44 e em Vilamar e Corticeiro 78. Deste levantamento acredita que alguns já foram resolvidos e que outros estão em resolução e recordou que no corrente ano, o tempo não foi muito favorável às limpezas pois choveu durante muito tempo, impedindo em algumas zonas que as pessoas entrassem no terreno. Referiu ainda que a GNR, juntamente com os fiscais da Câmara e a Proteção Civil, tiveram uma certa benevolência naquela primeira fase, mas nesta segunda fase já estão a interagir diretamente com as pessoas, fazendo o ponto da situação e começando a levantar autos de contraordenação, cuja coima é de 280,00€, podendo seguir para Tribunal e caso as pessoas não acatem, será o Município a intervir; - No dia 1 de março, no Dia da Proteção Civil, foi efetuada uma sessão de esclarecimento nos Bombeiros, que envolveu as Juntas de Freguesia e a Proteção Civil, para que possam divulgar mais informação; - Foi criado um *kit* modelo que se encontra neste momento na Junta de Freguesia de Murteide e que se tenciona replicar por todas as outras freguesias. Esclareceu que aquele *kit* foi criado tendo por base duas premissas, o seu valor não podia ultrapassar os 2.000,00 € de investimento e tinha que ser manuseável por 2 homens. Esclareceu ainda que tem uma capacidade de mil litros de água e consegue bombear a cerca de 30 metros. Referiu ter sido conseguido o objetivo, foi demonstrado que funciona, pelo que, agora a proposta é replicar pelas outras freguesias em 2019, para que possam existir várias equipas de intervenção, conjuntas, a trabalhar com os Bombeiros; - Relativamente aos terrenos municipais, todos os que são conhecidos estão limpos, cumprindo as normas impostas por Lei. Esclareceu que foi um longo trabalho, devido a situações de terrenos que não estavam identificados, existindo ainda algumas intervenções em curso; - Finalmente, relativamente às bermas das estradas, informou que vai ser iniciada a limpeza das estradas municipais com a corta sebes e recordou que há estradas que não são da responsabilidade do Município mas



sim das Estradas de Portugal. Também eles estão sensibilizados e estão a desenvolver esforços no mesmo sentido, mas efetivamente o ano não corre de feição para limpezas e quem limpou os terrenos em março, tem neste momento os terrenos da mesma forma com mato e com vegetação acima do que é exigível por Lei.-----

----- Tomou a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual acrescentou que em março, de acordo com uma informação dos Bombeiros foi sensibilizada a Proteção Civil no sentido de ser concedida a Cantanhede uma EIP, Equipa de Intervenção Permanente, e estranhamente, quando veio a decisão, dos 19 Municípios da CIM - Região de Coimbra, só Cantanhede é que não teve EIP. Informou ainda que Montemor-o-Velho não tem EIP, mas já teve e desistiu e já existem municípios com duas. Acrescentou que a Lei refere que os municípios que tenham Bombeiros Municipais ou Sapadores Municipais não devem ter EIP, no entanto Figueira da Foz e Coimbra tiveram, não percebendo porquê. Referiu que, no seu entender, deve haver alguma situação de solidariedade financeira do Governo para com a Câmara de Cantanhede para que esta não tenha de pagar a participação para os Sapadores. Informou ainda ter colocado aquela situação na reunião da Comunidade Intermunicipal, na qual todos se insurgiram perante a decisão de não atribuir a Cantanhede uma Equipa de Intervenção Permanente. Uma das situações evocadas para essa não atribuição foi que Cantanhede não tem Freguesias prioritárias em termos de perigo florestal, não percebendo tecnicamente o porquê desse entendimento. Possivelmente será porque não tem serra, onde a dificuldade de acesso é mais complicada, ou porque já ardeu uma parte, mas esquecem-se da dificuldade de levar um carro de combate para as areias para retirar um carro de dentro de um piso arenoso. Recordou, novamente, que a CIM deliberou por unanimidade, manifestar-se contra aquela posição, remetendo para o senhor

Secretário de Estado da Proteção Civil aquela mesma decisão de desacordo perante aquela situação diferenciadora, inaceitável e inexplicável relativamente ao município. Referiu ainda que, os Bombeiros de Cantanhede participam sempre nos incêndios, mas também em outras situações como por exemplo em desencarceramentos aquando de graves acidentes que possam existir, pelo que a justificação para as freguesias prioritárias cai logo por terra, uma vez que a existência da EIP se destina apenas a afogamentos e inundações, entre outros. Recordando o facto do Município ter sido rejeitado no âmbito da candidatura para os territórios ardidos, que após a sua exposição, foi alterada a decisão, pretende agora encetar esforços para que a situação da EIP também seja alterada e resolvida. Manifestou, de seguida, o seu desagrado pelo facto de, quando os Bombeiros Voluntários de Cantanhede foram chamados para combater um incêndio em Arganil onde perderam totalmente uma viatura e tiveram problemas graves com dois bombeiros, foi-lhes atribuído um subsídio de catorze mil e tal euros, com certeza para adquirirem uma nova viatura. Mas em Pedrogão e em Penela, segundo o que os respetivos Presidentes de Câmara disseram naquela mesma reunião, quando tiveram, na mesma época de incêndios, as mesmas perdas, foi-lhes oferecido, não uma viatura usada igual à que foi perdida, mas sim uma viatura nova. Referiu ainda que o Presidente da Câmara de Penela transmitiu à época que não precisava de uma viatura nova, querendo apenas uma viatura igual, tendo obtido como resposta “*ou leva uma viatura nova ou não leva nenhuma*”, pelo que aceitou a nova. Afirmou assim que, a proposta para Cantanhede de serem dados catorze mil e tal euros era inaceitável, pelo que já foi manifestado esse desacordo perante o Sr. Presidente da Associação Humanitária no sentido de poder ser aumentado aquele valor que, não chegará para comprar a viatura, mas atingirá algum valor na ordem dos 30% da perda que foi feita à época. Referiu ainda

que numa primeira fase, os Bombeiros estavam na disposição de tomar uma decisão mais drástica e dizer *“iremos defender o Município de Cantanhede e os municípios limítrofes, mas vamos recusar quando somos chamados a fazer intervenções pela Autoridade de Proteção Civil”*, mas depois, decidiram que vão continuar a prestar o mesmo apoio, nas mesmas situações. Sobre esta questão, acrescentou que também as autoridades ao nível do Governo foram alertadas para a situação que todo o Executivo repudia. Respondeu, de seguida à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, informando relativamente aos passeios, que mais uma vez, são obras feitas em propriedade alheia, que não são caso único, pois o mesmo irá acontecer na EN 234 que irá abranger parte de Ourentã e de Cordinhã e que é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Relativamente aos passeios na EN 234, em Murte, informou que o projeto foi concluído, as autorizações já chegaram e o processo está a ser concluído em termos de procedimentos desenvolvidos pelo Departamento de Obras e Urbanismo e pela Divisão Financeira e de Aprovisionamento. Relativamente à questão do separador, informou que o processo está a decorrer de forma mais rápida, aguardando a Câmara a revisão orçamental. Relativamente ao protocolo celebrado com a INOVA, recordou que a questão colocada já foi remetida à Administração daquela empresa municipal, que certamente irá responder ao Sr. Presidente da Junta. Quanto à questão da Escola Marquês de Marialva, recordou que, já em várias sessões, se tem falado na dificuldade existente no processo do Tribunal de Contas, nomeadamente, com a falta de informação necessária que o Governo não apresenta. Esse problema já foi justificado àquele Tribunal, por ofício, tentando sensibilizar o próprio Tribunal no sentido de que, quanto mais o tempo passava, mais elementos pediam à Câmara porque tinham de estar constantemente a ser atualizados. Informou ainda que o

Tribunal aceitou e que o Município já tinha procedido à consignação da obra, estando já tudo projetado para que as obras avancem da melhor forma, já em julho, aproveitando-se parte das férias, sobretudo para fazer intervenções no espaço envolvente, para que, quando as obras começarem, os alunos não terem dificuldade de mobilização. Afirmou de seguida que será um ano difícil, porque o ideal era fechar a escola toda, fazer uma intervenção global nas fases que têm de ser feitas e depois os alunos voltarem, o que é impossível. Assim, a obra será setorizada por blocos, que se iniciarão e terminarão e, os alunos vão mudando de blocos para que os outros também sejam intervencionados. Informou já ter havido negociações e diligências entre as duas escolas, pelo que a secundária irá ceder parte das instalações para que o 9.º ano passe para lá, existindo ainda alguns pormenores a afinar, como é o caso das refeições, relativamente ao 5.º ano poderá ainda transitoriamente ficar na escola. Terão que haver acertos porque também irá ser iniciada a obra da Casa da Cultura e os serviços da Cultura terão que passar para a escola, existindo uma grande dificuldade em gerir todos aqueles espaços, mas finalmente pode-se dizer que a obra vai começar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual dando continuidade à informação que a Sr.ª Presidente apresentou relativamente à EIP, informou que a bancada do PS partilha das mesmas preocupações e está solidária com a Câmara neste aspeto. De seguida procedeu à leitura de uma proposta subscrita pelos membros da referida bancada, do seguinte teor: *“Porque a prevenção dos incêndios começar a ser feita pelo poder local, num espírito construtivo e de cidadania, os deputados desta Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista recomendam que o Município pugne pelo cumprimento da Portaria N.º 1358/2007 de 15 de setembro, com os ajustamentos introduzidos pela Portaria N.º 75/2011 de 15*

*de setembro. O cumprimento da referida Portaria implica a criação da Equipa de Intervenção Permanente composta por bombeiros profissionais, cujas condições de contratação e funcionamento são estabelecidas em protocolo a subscrever entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, Câmara Municipal e a Associação Humanitária de Bombeiros, que vigorará por um período de três anos, renovável automaticamente e sucessivamente por igual período. A Equipa de Intervenção Permanente visa assegurar, em permanência em toda a área do concelho o socorro e a emergência às populações na área do município, designadamente: no combate a incêndios, socorro às populações em caso de incêndios e em todos os acidentes ou catástrofes; socorro a naufragos; socorro complementar em segunda intervenção, minimização de riscos em situações de previsão ou ocorrência de acidente grave, colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que são cometidas ao corpo de bombeiro. Os elementos que constituem a EIP desempenham, ainda, outras tarefas de âmbito operacional, incluindo planeamento, formação, reconhecimento dos locais de risco e das zonas críticas. Os deputados eleitos pelo Partido Socialista reafirmam a necessidade do cumprimento da Lei através da criação da EIP. Evidenciando desta forma a importância da autonomia e insubstituível papel do poder local democrático no serviço público de qualidade a prestar às populações e no desenvolvimento de Portugal.”* -----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual informou que, em relação às questões levantadas relativas á Escola Marquês de Marialva, os elementos da bancada do PS já alertaram para este facto os Deputados eleitos pelo círculo de Coimbra para, em sede própria, tentar resolver aquela situação que preocupa a todos. De seguida, apresentou uma exposição sobre a transparência do poder local do seguinte teor: “A transparência é um dos valores mais importantes e incisivos na

*política local e nacional. Daí que a Lei, quer no Estatuto dos Eleitos Locais (Lei 29/97 de 30 de Junho), quer no Estatuto dos Deputados (Lei 7/93 de 1/3) tenha previsto um regime de incompatibilidades, impedimentos e conflito de interesses – nomeadamente nos artigos 3º nº 1 e 2 e 4ª alínea ii), iii), iv) e vi) do referido Estatuto dos Eleitos Locais e nos artigos 20º, 21º, 22º, 26º e 27º do mencionado Estatuto dos deputados. Sendo esse valor, uma das referências éticas do paradigma da nossa sociedade democrática, plural e aberta a todos os cidadãos, deve sentir-se na atuação política. Assim, a transparência, deve ser cada vez mais, a regra do funcionamento democrático, pois, a opacidade só serve interesses menos credíveis, menos sérios, menos de encontro ao interesse do povo. Compete aos eleitos avaliarem que o exercício das suas funções seja desempenhado sem impedimentos, sem incompatibilidades e/ou conflitos de interesses que diminuam a idoneidade e a transparência nos cargos que desempenham. Repara-se que aqui não se trate de indagar genericamente ou duvidar em abstrato. Mas havendo dúvidas sobre este tema, os políticos devem prontamente esclarece-las. Estamos, pois, atentos a esta realidade e não deixamos de nos interrogar quando no executivo haja quem desempenhe funções em determinadas áreas e seja simultaneamente representante máximo de corporação justamente nesse sector. Note-se que não está em causa, nem nunca estará, o justo reconhecimento da competência e o vivo respeito institucional e pessoal, mas antes a procura da transparência e da clareza na definição das responsabilidades autárquicas, por um lado, e a prossecução de interesses, particulares ou coletivos, noutras instituições, por outro lado e que, com tal acumulação de funções e cargos, podem revelar-se um claro conflito de interesses, situações de incompatibilidade e impedimentos, que devem de todo evitar-se.”-----*

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Margarida Maia, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão apresentou a seguinte exposição relativamente à Expofacic: “EXPOFACIC – inquietações acerca de um certame que é de todos os municípios. A preocupação acerca deste evento por parte do PS é já histórica. Já por diversas vezes mostramos e propusemos soluções para este evento que é de todos os municípios independentemente de credo ou cores políticas e não apenas de alguns. Chamamos à atenção para: 1. A qualidade do cartaz – é, em parte, mimético e pouco apelativo; 2. Preço elevado dos bilhetes; 3. Modelo ancestral do certame; 4. O fato de um dos pavilhões – ligado curiosamente à educação e à saúde (o que usado para promover os setores da saúde e da educação) estar num espaço com perigo de contaminação por amianto; 5. O distanciamento entre o tecido empresarial local a identidade do nosso concelho e o próprio certame; 6. Maior visibilidade para as freguesias presentes neste certame; 7. O apelo à transparência das contas deste evento; 8. O facto de a dimensão temporal do evento estar a prejudicar algumas festas em terras da nossa terra que decorrem há já muitas décadas nos dias da Expofacic. Não somos contra à realização da Expofacic. Aliás, este ano damos os parabéns à inclusão de todas as bancadas com assento na Assembleia Municipal na comissão de honra deste evento. No entanto, apelamos a imperiosa necessidade de incluir estes elementos em tarefas de natureza executiva. Não compreendemos esta lacuna. Mais, não compreendemos que após mais um ano, os anseios supramencionados, foram e são completamente ignorados. Há um autismo em relação às nossas inquietações que só pode ser político. Nós e os cidadãos que se representam pelos nossos deputados e de todas as cores políticas com presença neste órgão, “apenas” exigimos um papel mais ativo na realização deste certame! Porém, sublinhamos mais uma vez que não somos contra a realização da Expofacic.

*Como podíamos ser contra algo cuja mudança de paradigma se localiza cronologicamente num momento em que o PS estava a liderar a CM de Cantanhede. Falamos nomeadamente da – mudança de espaço de realização da Expofacic (do complexo escolar para o atual recinto); de, através da influência de Rio Maior, ter implementado o conceito das Tasquinhas e da transição de um cartaz de cariz essencialmente etnográfico para um que composto por artistas de dimensão nacional/internacional. Portanto, a Expofacic, é-nos muito cara. Não compreendemos que anos após Ano, os anseios supramencionados, foram completamente ignorados. Exigimos transparência, rigor, inovação e fundamentalmente um papel mais ativo – a Expofacic é de todos e não apenas de alguns.”-----*

----- O Sr. Presidente da Mesa deu também a palavra ao Sr. Artur Carvalhinho, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, colocou as seguintes questões: - Se há conhecimento que, no lugar de Escoural, na Freguesia da Tocha, existem coletores da rede que, sempre que existe maior quantidade de chuva e de água, provocam transbordo de dejetos para os solos e, portanto, os contaminam, além da questão do cheiro e se já alguma coisa foi feita: - Relativamente à questão dos incêndios e da limpeza florestal, recordou que, como toda a gente sabe, limpar não basta, pelo que questionou sobre a existência de algum plano específico, nomeadamente, contra as espécies invasoras, que agora se vão manifestar em grande força; - Finalmente, solicitou um esclarecimento sobre uma situação antiga que já foi presente à Assembleia Municipal, nomeadamente, em 2014 e relativa ao caso de um advogado que construiu, em Cadima, em espaço de reserva agrícola, com uma parte de investimento com dinheiros públicos, uma obra de âmbito cultural que afinal se transformou em moradia de âmbito privado. Acrescentou que, no fundo, recorrendo ao erário público, edificou uma imponente casa de férias, em vez de um



espaço para usufruto da comunidade. Assim, quatro anos depois, quer saber qual é o estado atual daquele processo.-----

----- Antes de passar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que existiam ainda algumas inscrições para o período de antes da ordem do dia, apelando assim a que meçam as palavras e sejam concisos e referiu que, quanto à última questão que tem a ver com o que se passa na Tocha, da parte do saneamento, recordou que dentro de poucos momentos estará presente o Sr. Secretário de Estado e falar-se-á sobre o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que: - Não iria responder à intervenção do Sr. Luís Pato, uma vez que não houve qualquer questão formulada, apenas fez uma análise geral sobre a transparência, que tem de ser total se está a levantar dúvidas sobre transparência, solicitou que as concretizasse; - Relativamente à questão da EXPOFACIC, informou que no presente ano, houve uma reunião da Comissão Executiva com a Comissão de Honra onde têm assento 1 representante das três bancadas presentes na Assembleia Municipal, nomeadamente Sara Brado pelo PSD, José Vieira pelo PS e Carlos Negrão pela CDU, na qual também esteve presente a Região Turismo do Centro, além dos outros elementos que já faziam parte da mesma, nomeadamente, os Presidentes de Junta, a AEC, a GNR, os Bombeiros e a ADELO. Afirmou não concordar com que, o PS ou outra força política, estivessem mais presentes na execução da feira e recordou que, noutros tempos e em outros mandatos, a EXPOFACIC dava muito prejuízo, fazendo com que o Município tivesse de injetar dezenas de milhares de euros para resolver aquele problema e que, a partir do momento que se passou a sua gestão para a INOVA e se criou uma Comissão Executiva em que os representantes setoriais são única e exclusivamente funcionários

da Câmara e da INOVA a EXPOFACIC tem ganho, devido à dedicação total, profissional e integral dos mesmos, dando origem a uma feira que deve ser para todos e que é um motivo de orgulho para o Município, porque é neste momento, considerada a melhor e a maior feira do país. Acrescentou que, se é a Presidente da Comissão Executiva é porque foi eleita para tal e se, um dia o PS voltar em força para Cantanhede, naturalmente, que as decisões relativas ao cartaz dos espetáculos e outras situações serão afinadas de acordo com os seus objetivos, como com certeza com outros. Recordou que, outros Municípios próximos, até podem ter bilhetes mais baratos ou nem terem bilhete, mas as tasquinhas pagam terrado, bem como as freguesias e as associações. Acrescentou que são opções que considera piores e os empresários só ganham em conjugação com os outros eventos que acontecem na EXPOFACIC. Afirmou que, este ano, será um grande cartaz de espetáculos, conjugado com todas as forças políticas e as forças associativas do concelho, sendo que apenas não vai estar presente quem não quiser, pois só se não quiser ir é que não vai. Informou que dos 7 palcos, tirando o palco principal, os outros têm 200 e tal intervenções de grupos. Assim, referiu não saber porque se trata de autismo político, uma vez que não há ninguém no concelho, desde as juntas de freguesia às associações que não tenham presença na feira. Não consegue entender, a análise feita porque, em termos de uma gestão de uma empresa municipal que não é política e com setores perfeitamente definidos pelos funcionários, considera ser um desrespeito por uma equipa profissional que se dedica da melhor forma à EXPOFACIC, para que a mesma seja uma feira ganhadora e vencedora. Referiu que teve uma entrevista em Coimbra, na qual os entrevistadores falaram o melhor de Cantanhede e da EXPOFACIC, referenciando e comparando a outros municípios em seu redor. Afirmou ainda acreditar que, com a presença naquela Comissão de

elementos das três forças políticas, quando se fizer o balanço da feira, naturalmente, que vão surgir novas propostas que serão analisadas, porque não se pretende que a feira possa arrastar o município para situações financeiras gravosas, mas que continue a ter a força que tem tido, pelo que há que ter muito cuidado na forma como é gerida. Acrescentou que, se ela tem vindo a crescer e tem sido um sucesso é porque realmente o modelo está conseguido; - Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Artur Carvalhinho bom, relativamente ao que acontece no coletor do Escoural, afirmou não acreditar que os colegas da bancada do PS, bem como os 2 vereadores que fazem parte do Executivo, e que têm acompanhado toda aquela situação, não lhe tenham transmitido todas as diligências que têm sido feitas ao longo do tempo. Recordou que, desde que tomou posse, foram efetuadas várias reuniões não só na Câmara, mas também na Tocha e com o Secretário de Estado do Ambiente que, após ter sido convidado, se disponibilizou a estar presente na presente data, na Assembleia para explicar a todos realmente o que é que o Estado, porque a responsabilidade é do Estado, não é do município, o que é que o Estado e as Águas do Centro Litoral estão a pensar fazer para ultrapassar aquela situação; - Relativamente a limpeza das florestas, considera que já muito foi dito sobre o assunto, e caso se trate apenas da questão das infestantes, as mesmas têm de ser limpas como acontece com o mato. Contudo, considera que o ICNF também tem que pensar sobre o assunto, porque têm a maior mancha florestal do concelho, concretamente, na Praia da Tocha tendo já sido alertados para a questão das infestantes. Informou que, sobre esse assunto, estranhamente, os técnicos da área dizem que os afastamentos de 50 ou 100 metros, nalgumas situações são considerados perfeitamente exagerados só vão contribuir para que esses infestantes proliferem, em vez de lá existirem plantações normais e as árvores normais, que pediam lá estar; - Relativamente a questão de Cadima,

depreende que se trate da construção de um senhor espanhol, que do ponto de vista legal e regulamentar por parte do município, está perfeitamente em ordem. Acrescentou que, relativamente aos fundos públicos aos quais poderá ter recorrido, deverá ser o Governo ser questionado, uma vez que a Câmara não lhe atribuiu qualquer subsídio. Informou ainda que, na Câmara, apenas foi instruído um processo para desafetação de uma parte agrícola que, cujo parecer emitido pela entidade responsável foi positivo, e toda a parte urbanística foi devidamente instruída na Câmara e correu dentro das regras normais.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Asdrúbal Torres, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, felicitou o Executivo camarário por ter realizado uma reunião da Câmara na sede da Filarmónica dos Covões, na semana cultural e por ocasião dos 150 anos daquela Filarmónica. Considerou ter sido uma ideia muito boa, pois com aquela descentralização, muita gente assistiu àquela reunião e o feedback que teve foi muito bom, pois as pessoas gostam de ver os seus eleitos de perto e gostam de ver como funcionam as instituições democráticas. Sobre os 150 anos da Filarmónica dos Covões, informou que na semana cultural, foi atribuído o tema da música àquela semana, e na sessão solene de abertura foi homenageada a Filarmónica, bem como todos os seus maestros, nomeadamente, José dos Santos, Albino Mariano, Américo Ramos Padeiro, Manuel Teodósio da Cruz e Fausto Amoreira o atual. Acrescentou que, ao homenagear aqueles maestros, também foram englobados todos os seus presidentes, todos os seus músicos, todos os seus apoiantes, bem como todos os benfeitores da mais antiga Filarmónica do concelho. Recordou que foi no dia 13 de junho que a Filarmónica de Covões fez 150 anos e sem dúvida merece o aplauso e a homenagem de todos, pois é uma instituição que tem

levado o nome de Covões e do município de Cantanhede por todo o país e quiçá pelo mundo. Esclareceu, de seguida que a Sociedade Filarmónica de Covões já não é só uma banda e tem várias valências, nomeadamente, tem escola de música, grupo de canto e um grupo de teatro musical. Finalizou a sua intervenção recordando que a União das Freguesias de Covões e Camarneira, é uma freguesia com a maior área florestal, talvez a 2.ª maior, a seguir á Tocha, com 50 quilómetros quadrados. Assim, congratulou e orgulhou-se dos seus habitantes, porque à população de Covões e Camarneira, apenas foram levantados 4 autos por falta de limpeza dos terrenos, fruto da sua preocupação diária e do seu incentivo à população, pela limpeza dos terrenos.

----- O Sr. Presidente da Mesa deu de seguida, a palavra ao Sr. José Carlos de Jesus, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, verificando que alguns dos assunto sobre os quais iria falar já foram discutidos, referiu que a realidade sócio económica e geográfica do concelho está sempre presente, pois é extremamente vasto e com um convívio frequente de coabitação, quase tantas vezes, entre o urbano, o rural e o florestal. Nesse sentido, como grande gandarês de gema e reconhecido pela sua resiliência e pela sua persistência retomou um assunto que trouxe a esta mesma assembleia há alguns anos, certamente quando foi Presidente de junta. Referiu tratar-se de um desafio, que facilmente a Sr.ª Presidente reatê-los-á com alguns argumentos válidos e afirmou que, desde logo, não os aceita. Assim, atendendo àqueles fatores, atendendo a que o Município ainda tem uma apetência para o turismo de natureza invejável, decorrentes de medidas que foram tomadas nesse sentido, voltando ao assunto da limpeza de bermas de estradas, sugeriu que fosse adquirido mais um corta sebes, que pudesse estar à disposição das freguesias para colocar permanentemente ou quase sempre que possível ao serviço das populações e ao serviço das juntas de freguesia. Referiu que uma das coisas mais

importantes que o Município faz nas freguesias é a passagem do corta-sebes, sendo que São Caetano tem uma visita ou duas, infelizmente pagas pela própria freguesia ao sábado, porque raramente lá passa um corta sebes. Acrescentou que as estradas nacionais e municipais têm matos de metro e meio, apesar de que, conforme referiu o Sr. Vereador Adérito Machado, este ano a meteorologia ajudou muito. Assim, afirmou que seria bom ouvir um corte sebes a passar mais vezes pelas freguesias e pela sua, naturalmente, pois não duvida que o concelho ficaria mais apetecível e ainda mais à frente na liderança do Ambiente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu ainda a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se a uma viagem literária, realizada no passado dia 16 de junho, onde teve o privilégio de acompanhar um grupo oriundo de Coimbra que fizeram a ponte entre Coimbra e a Gândara. Esclareceu que a referida viagem literária foi centrada na vida e obra de Carlos de Oliveira, permitindo descobrir os percursos do escritor, mas, acima de tudo, proporcionar a todos um conjunto de experiências e sensações num diálogo entre a literatura, a gastronomia, a natureza e o património no território da Gândara. Referiu que, o grupo com cerca da meia centena de pessoas andou todo o dia no concelho de Cantanhede, com a presença do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso e do professor António Pedro Pita, conhecedor da obra de Carlos Oliveira. Referiu ter sido um programa bastante intenso, muito bem elaborado e muito bem delineado que começou na casa do estudante Carlos Oliveira em Coimbra, passando pelas Lagoas de Febres, pela casa Carlos Oliveira, em Febres, onde foram lidos textos pelo professor António Pita, seguindo-se para a Praia da Tocha onde houve oportunidade de saborear umas sardinhas. De seguida, sempre com a leitura de textos do Carlos de Oliveira, houve também a possibilidade de visitar

a Centro de Interpretação de Arte Xávega e a Associação de Moradores da Praia da Tocha, passando por um antigo casario que está completamente abandonado e onde as pessoas puderam sentir um bocado o que são os adobos, sentir Carlos Oliveira. Naquele local, o técnico da Câmara, Nuno Caldeira, fez uma resenha histórica do território da Gândara, onde se encontra inserido o Concelho. Finalmente, informou que terminaram a viagem em Ançã, onde tiveram a oportunidade de comer seu famoso bolo. Pela experiência, deu os parabéns à Câmara, porque o dia foi fantástico, os visitantes levaram as melhores referências do concelho e pelo que sentiu, ficaram com vontade de voltar e, acima de tudo recomendar aquela experiência. Considera que a Câmara Municipal poderia aproveitar aquele roteiro, na área do turismo cultural, podendo estabelecer pontes intermunicipais, potenciando e promovendo o património cultural, gastronómico e natural do Concelho. De seguida referiu-se ao Parque Desportivo de Febres, recordando que ainda não está acabado, e informou que, no corrente mês, receberam em quatro fins de semanas, provas de atletismo, uma vez que a pista de tartan é a única homologada no distrito de Coimbra. Informou ainda que lá decorreu o 5.º meeting jovem de Cantanhede, onde estiveram presentes 5 ou 6 distritos e o Torneio de formação do “Febres Cup” que envolveu cerca de 500 crianças num fim-de-semana. Referiu que, de facto, o equipamento é bom, mas era urgente terminar aquele espaço, pois existem lá situações que nada dignificam a Câmara Municipal, o Município de Cantanhede e a Freguesia de Febres, nomeadamente, o parque de estacionamento as bancadas e o bar. Recordou ainda que já lá vão 10 anos desde o seu início, sendo de todo o interesse terminar aquele espaço. Referiu ainda que o campo paralelo é pelado, mas hoje em dia na formação, técnicos e pais, querem que os atletas treinem e joguem num campo de relva sintética. Finalizou a sua intervenção solicitando à Câmara que se lembre do Parque

Desportivo, porque é um equipamento municipal ao qual falta muito pouco para ser acabado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu de seguida, a palavra ao Sr. José Vieira, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, felicitou a Presidente da Câmara pelo facto de ter sido convidado um elemento das três bancadas para integrar a Comissão de Honra da Expofacic, tendo ele próprio sido nomeado pela sua bancada para a representar. Agradeceu assim aquele convite e afirmou que, naturalmente, irão fazer tudo para que a festa da cidade seja, e continue a ser, a maior do país. Seguidamente, deu também os parabéns pela reunião, na qual participou no dia anterior, na presença da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara e elementos da ARS de Coimbra, que decorreu na tentativa de resolução de algumas situações relacionadas com a saúde entre elas, questões relacionadas com o Hospital de Cantanhede e do Centro de Saúde, principalmente, aquela que mais preocupava os elementos do PS e para a qual fizeram algumas diligências junto da ARS para uma resolução rápida, respeitante à erva que cresce à volta do Centro de Saúde e que é uma vergonha para todos. De seguida referiu-se às obras na Escola Marquês de Marialva, felicitando a Câmara e o Governo por, finalmente terem sido iniciadas aquelas obras, embora com alguns problemas para os alunos, pois, poderia ter havido uma solução com contentores evitando que se distribuíssem pela escola do 1.º ciclo e pela secundária. Demonstrou, de seguida a sua preocupação relativamente ao Centro Escolar de Cadima, relacionada com a limpeza dos espaços exteriores. Referiu que conforme foram informados aquela limpeza não é feita com a regularidade necessária, que o piso tem alguns problemas e que necessita de manutenção, principalmente nas fechaduras e lâmpadas. Finalmente, informou da preocupação da população em relação ao cruzamento dos Olhos de Fervença e das Nogueiras, no qual houve já um acidente



mortal, e solicitou que a Câmara verificasse se existe realmente ali algum problema por resolver ou não. -----

----- Interveio ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, reconheceu perante todos os presentes que, em relação à situação do saneamento na Freguesia da Tocha, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, tem sido incansável, conforme testemunhou juntamente com a Comissão de Compartes da Tocha e o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maia Gomes. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu também a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual relativamente às EIPS, subscreveu a intervenção de Áurea Andrade, quanto à importância das mesmas, ainda mais atendendo a que no corrente ano, não será época de incêndios, contrariamente ao que se verificou no ano passado. Esclareceu que a EIP é uma equipa de cinco bombeiros permanentes, pronta para intervir em qualquer situação, não só de incêndios, pelo que, reconhece que ter uma EIP significaria melhorar a segurança e a resposta aos munícipes de Cantanhede. Afirmou ter ficado surpreso quando foi referido que não foi atribuída uma EIP à Cantanhede, pois não era conhecedor desse dado. Acrescentou que, numa notícia que encontrou, o Secretário de Estado dizia que tinha 165 EIPS e que pretendia fazer chegar aos 260 rapidamente, mas que a EIP era um protocolo tripartido entre a Associação Nacional da Proteção Civil, entre o Município de Cantanhede e os bombeiros, com o custo de 60 mil euros, sendo 30 mil euros para o Município e o restante para o Orçamento de Estado. Referiu ainda que aquela notícia dizia que o Orçamento de Estado não podia fazer de imediato 360 EIPS, porque não tinha dinheiro suficiente, tendo-se equacionou-se a possibilidade de, uma vez que Cantanhede não tinha uma EIP

comparticipada pelo Orçamento de Estado, Cantanhede ter uma EIP paga pelo município, que custaria no fundo, os 60 mil euros. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu ainda a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual apresentou uma proposta de voto de pesar do seguinte teor: *“Faleceu na passada quinta-feira, dia 28 de junho, em Alcobça, o Cónego Aníbal Pimentel Castelhana, com 74 anos de idade. Natural do Seixo de Mira, foi ordenado presbítero em 1968. No âmbito da sua ação pastoral são de salientar as seguintes atividades: - Diretor do Secretariado Diocesano da Juventude; - Vigário Episcopal da Região Pastoral da Beira Mar; - Presidente da Cáritas Diocesana de Coimbra; - Membro da Direção da Obra do Frei Gil; - Vice-Reitor e Reitor do Seminário Maior de Coimbra; - Capelão do Carmelo de Santa Teresa, em Coimbra; - Cónego da Sé de Coimbra; - Vice-Postulador da Causa de Beatificação da Irmã Lúcia. No Concelho de Cantanhede, destaca-se o período em que foi coadjutor de Cantanhede, pároco de Cordinhã e Portunhos. Foi ainda pároco de Penacova, Carvalho e Friúmes, Arcipreste do Alto Mondego, bem como pároco adjutor de S. José. É ainda de evidenciar, o seu papel na promoção da educação religiosa, designadamente, como Professor de Educação Moral e Religiosa, Diretor do Secretariado Diocesano de Educação Cristã da Infância e Adolescência, bem como no apoio aos Centros de Preparação do Matrimónio. A Liga Sacerdotal, em comunicado difundido, realça “as qualidades humanas com que exerceu os seus cargos, mas sobretudo com um verdadeiro espírito de fé e entrega à Igreja em obediência ao seu bispo”, bem como, “a generosidade, alegria e dedicação como as qualidades que os seus paroquianos e alunos guardarão com saudade do Cónego Aníbal Castelhana”.* Acrescentou que o funeral do Cónego Aníbal Pimentel Castelhana realizou-se na passada sexta-feira, com missa celebrada na Sé Catedral

de Coimbra, presidida pelo Bispo de Coimbra D. Virgílio do Nascimento Antunes, pelas 11,30 h, seguindo depois para Seixo de Mira, onde se realizou pelas 17,00 h nova celebração presidida pelo Padre Pedro Miranda, Vigário Geral da Diocese. Sublinhou ainda que esta proposta deve-se, fundamentalmente, ao valor da sua intervenção na defesa e transmissão dos valores e dos princípios da fé cristã, aliada a uma significativa ação pastoral e reconhecida participação cívica. De seguida, em jeito de resposta da bancada do PSD relativamente à questão da EXPOFACIC, referiu o seguinte: - Relativamente ao papel das juntas de freguesia na EXPOFACIC, a verdade é que a Câmara Municipal costuma reunir com todas elas, sendo que todas as reivindicações têm sido atendidas, no sentido de terem uma presença mais visível ou mais reforçada, sendo que todas têm o seu espaço que entenderam ser adequado, uma vez que foi negociado com todas; - Relativamente à questão da colisão com algumas festas lembrou para quem não fazia parte do mandato anterior, que um responsável da INOVA veio à Assembleia apresentar o estudo que demonstrou que as novas datas colidiam com menos festas, nomeadamente com festas de localidades menos populosas, do qual se concluiu que as novas datas colidem não só com festas em menos localidades, mas também com menos pessoas que participam nessas mesmas festas; - Relativamente à crítica da bancada do PS, também do mandato anterior, que tinha a ver com o facto de não serem ouvidos, nomeadamente, na questão dos cartazes e do financiamento, recordou que foi realizada uma reunião na INOVA onde estiveram presentes elementos de todas as bancadas da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e da própria INOVA, na qual foi explicado o financiamento, o modelo de gestão e os resultados da EXPOFACIC, bem como solicitada alguma reserva na divulgação daqueles dados, por questões que têm a ver com questões comerciais e de marketing, que não interessa passar para o exterior.

Recordou ainda que, nessa mesma reunião a bancada do PS agradeceu, mostrou-se esclarecida e até enalteceu a iniciativa e a forma como foram prestadas as informações, não entendendo assim porque dizem que não foram esclarecidos e que as suas pretensões foram sucessivamente ignoradas; - Relativamente à Comissão de Honra recordou que, a bancada do PS reclamou quanto a sua composição, existindo também algumas reclamações por parte das juntas de freguesia, incluindo a que presido sobre o modelo de funcionamento da Comissão de Honra. Sobre estas mais uma vez a Câmara Municipal ouvindo as partes atendeu aos pedidos efetuados; - Relativamente à questão do Centro Escolar, recordou que as manutenções das escolas no âmbito dos protocolos estabelecidos são competência das juntas de freguesia, pelo que a questão deveria ser colocada à Junta de Freguesia de Cadima; - Relativamente à questão colocada sobre um hipotético conflito de interesses entre um vereador ser, simultaneamente um elemento da Câmara e presidente de uma associação, importa clarificar quem é o vereador, quem é associação e qual é o conflito de interesses que poderá ser atendível. Considerou interessante que aquela questão fosse levantada relativamente aos bombeiros, porque sobre a questão das equipas permanentes, sobre a questão do financiamento para os carros necessários ou outras questões que são tão importantes nesta matéria que poderiam trazer financiamento e meios para o concelho de Cantanhede, as intervenções foram bem menos escassas e bem menos elucidativas. No âmbito desta questão, solicitou que o Sr. Luís Pato clarificasse se a intervenção que efetuou é vinculativa para a bancada do PS ou se é uma intervenção a título pessoal; - Finalmente recordando as três intervenções sobre a situação do Escoural e das Cochadas, lembrou que se existe uma ordem de trabalhos para cada sessão, a mesma deve ser respeitada, pois não

faz sentido estar a discutir um assunto no período de antes da ordem do dia quando o mesmo faz parte dessa mesma ordem de trabalhos.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual referindo-se às dúvidas que possam surgir quanto à questão da transparência e da ética, considerou que há toda a legitimidade, concretamente no caso em apreço, de um Vereador ser simultaneamente Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários. Recordou que o mesmo assunto foi várias vezes discutido na Assembleia quando ele próprio era Presidente da Câmara e, simultaneamente, Presidente do Biocant. Acrescentou que tem de existir total transparência e ninguém pode ter dúvidas sobre isso, sendo que, não tem dúvida que, como aconteceu anteriormente nos 12 anos que presidiu à Câmara Municipal de Cantanhede, quando havia relações de parentesco entre um dos membros do Executivo que iria votar e um cônjuge ou um parente próximo que era membro da direção de uma associação do concelho, esse membro retirava-se da reunião declarando-se impedido. Chamou, no entanto, a atenção de que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede não é propriamente uma associação privada, sendo que tudo o que é presente quer à Câmara, quer à Assembleia é devidamente informado. De seguida recordou algumas notícias que saíram em vários jornais, sobre o que aconteceu com um conjunto de autarcas quer do Partido Socialista, quer do Partido Social Democrata que utilizaram a sua posição de vereador ou de Presidente de junta de freguesia, maioritariamente, no Porto e em Lisboa e mais 16 ou 17 concelhos deste país, através de empresas que eles próprios constituíram utilizavam essas mesmas empresas para, nos concursos públicos, distribuírem as empreitadas pelos amigos. Deu como exemplo um relvado que custava 200 mil euros e a empresa em causa fez 2 relvados no concelho de Gaia.

Assim, referiu que a questão da ética é extremamente importante, devendo ser vigiado no dia-a-dia porque todos têm deveres e direitos. -----

----- Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual recordou que, efetivamente, a questão da ética já foi discutida na Assembleia diversas vezes, recordando, por exemplo, da questão do BIOCANT. Informou, de seguida, que não quer colocar em causa a competência profissional de ninguém, mas a sua bancada tem algum receio relativamente ao desempenho das funções como vereador, como representante máximo de um determinado setor, questionando-se, por exemplo, se não irá prejudicar a associação humanitária de uma forma até indireta. Afirmou ser um receio legítimo, embora não estejam a acusar nem a julgar ninguém, apenas a falar de um potencial conflito de interesses. Esclareceu, de seguida que, a questão levantada do Escoural não é a mesma das Cochadas, pois são sítios geograficamente distintos um do outro. Em relação ao autismo político de que falou, alertou que numa questão do enquadramento, selecionaram a informação que mais lhes interessava e o autismo político não está, obviamente, relacionado com a inclusão de todas as bancadas com assento na Comissão de Honra. Acrescentou que já foi falado diversas vezes, nomeadamente, quando o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, mencionou o facto de, a bancada ser ouvida aquando das decisões executivas, pois reservam-se o direito de não concordar com as opções da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, colocou a votação o Voto de Pesar pelo falecimento do Cónego Aníbal Pimentel Castelhana, solicitando a Assembleia a dispensa do voto secreto recolhido em papel, o que foi aceite por todos os presentes. Assim, após votação, a proposta do Voto de Pesar pelo falecimento do Cónego Aníbal Pimentel Castelhana, foi aprovado por unanimidade. Antes de passar a palavra a Dr.<sup>a</sup> Helena,

voltando ao assunto da transparência e incompatibilidades, recordou que no mandato passado, o Presidente da Câmara de Tábua era, simultaneamente, Presidente dos Bombeiros.-----

----- Deu, de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Ao Sr. José Carlos Martins, relativamente à questão do corta-sebes, referiu ser uma preocupação do município, que necessita fazer uma aquisição bastante grande em termos, não só de viaturas ligeiras como, essencialmente, em termos das viaturas pesadas. Acrescentou que, tal como fazem grande parte dos municípios da CIM, poderia optar por já não ter equipa de tapete, nem equipa de caminhos e externalizar tudo. No entanto, entende que, do ponto de vista do Município e da área existente é muito mais eficaz continuar a ter aquelas equipas. Referiu ainda que o objetivo do Município não era ter uma corta sebes por freguesia, mas pelo menos ter mais corta sebes para poderem fazer um circuito maior e, eventualmente, até poder haver, por exemplo, uma corta-sebes por região, podendo as juntas articular a utilização das mesmas. Referiu que o assunto não está esquecido, mas é um grande objetivo e há muitas mais coisas onde utilizar o dinheiro, mas continua a ser uma das preocupações do Executivo. Pelo exposto, informou que, devido a essa preocupação, houve uma reunião com a Organização Florestal Atlantis, onde fizeram uma candidatura a uma equipa de Sapadores para poderem fazer intervenção também aos particulares. Assim, neste momento, a OFA, a Proteção Civil e o Departamento de Obras e Urbanismo estão a elencar vias no sentido de se poder externalizar aquele serviço, podendo assim, o Município libertar equipamento municipal para ser utilizado noutras freguesias. Referiu que, apesar de ser um custo adicional, considera ser uma boa opção, pois estão a fazer a contratação de uma equipa de 5 pessoas e a candidatura também facultará a aquisição de

equipamento, porque eles têm os corta-sebes e o restante material necessário. Assim será celebrado um protocolo com a OFA, no sentido de estar permanentemente em contacto com a limpeza de várias vias, algumas de difícil acesso como acontece na estrada que liga Cantanhede à Tocha, a denominada circular externa que, devido aos separadores existentes dificulta a entrada de uma máquina; - Respondendo, de seguida ao Sr. Presidente da Junta de Febres, Carlos Alves, afirmou que, relativamente ao circuito literário sobre a obra de Carlos Oliveira, efetivamente foi um belo momento e é evidente que se tem de apostar fortemente na questão do turismo, que tem muitas variantes, como a componente económica, mas também a cultural, a social, a desportiva, o turismo da natureza, o enoturismo e outras tantas coisas, pelo que irão continuar a apostar naquele modelo; - Relativamente aos parques desportivos que já foram várias vezes falados na Assembleia, existe a preocupação, no momento, de olhar para o Parque Desportivo de Cantanhede que necessita naturalmente de ser requalificado porque, sobretudo, os balneários, estão maus. Informou que já conseguiram lá colocar uma cobertura na parte da bancada de forma a que os pais e os assistentes, pelo menos com o calor ou com chuva, já possam ter ali uma proteção. Relativamente a Febres, vai ser dada prioridade ao arranjo do estacionamento e da parte de cima do bar, seguido da questão do campo de treinos que tem mesmo que passar para outra fase, porque, existem também prioridades noutras localidades; - Relativamente aos temas que foram debatidos na ARS, existindo um ponto da agenda sobre a carta que foi enviada ao Sr. Ministro da Saúde, informou que, na altura tanto ela própria, como as pessoas que também tiveram presentes naquela reunião poderão responder com mais informação; - Relativamente à limpeza do Centro Escolar de Cadima, realmente há áreas que são da competência das Juntas de Freguesia, intervindo a Câmara apenas quando as intervenções são



maiores, no entanto solicitou que o Sr. Vereador da Educação, Pedro Cardoso, tomasse nota dos problemas enunciados; - Relativamente ao cruzamento das Nogueiras, a situação já foi presente à Comissão de Trânsito para ser analisada, para que se possa minimizar aquele problema; - Relativamente à estrada propriedade da IP, a questão não são só as árvores, mas também o traçado, tendo o Departamento de Obras e Urbanismo já contactado o Eng.º Nuno, das Infraestruturas de Portugal, que virá ao local para analisar a situação em causa: - Relativamente à EIP informou que o Município não tem nenhuma, e que a primeira, tem de ser sempre paga por uns e por outros. Considera mais uma vez, que, para além de manifestar essa vontade, o Município também deve manifestar o desagrado pela forma como foi tratado, pois considera que, no mínimo, necessita de uma explicação; - Relativamente à transparência e à ética, afirmou que quem é voluntário e quem já esteve em associações sabe o que é trabalhar numa associação e sabe o que é ser voluntário, por isso orgulha-se de ter pessoas que têm trabalhado nessa condição ao longo destes anos no Executivo, que não foram só do PSD, com muitos vereadores que estavam ligados a IPSS's ou a associações, tal como há Presidentes de Junta que também são Presidentes ou Vice-Presidentes de associações ou de IPSS's. Esclareceu, de seguida que o responsável pela Proteção Civil do Município, não é o vereador, mas sim ela própria obrigatoriamente por lei, tal como já o era o anterior Presidente da Câmara. Acrescentou que, existem vantagens pelo facto daquele Vereador ser Presidente dos Bombeiros, pois assim há uma articulação constante entre os trabalhos a serem realizados entre as duas entidades. Informou de seguida que nas comunicações que são feitas ao Tribunal Constitucional, deve constar o vencimento que o mesmo pode vir a ter nos bombeiros, além de que, se não receber nada ainda põe dinheiro dele, isso deve ser enaltecido. Assim considera ter um grande

orgulho de ter na sua equipa uma pessoa de uma associação humanitária, de pessoas que se entregam ao bem comum. Reforçou que o que está aqui em causa é a dedicação constante e necessária para estar numa associação.-----

----- Apesar de existirem ainda alguns pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, solicitou permissão para acrescentar uma informação que não apresentou antes da ordem do dia, por ser mais técnica e que tem a ver com a questão da derrama. Assim, transmitiu o teor do ofício que o Município enviou à Diretora Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira do seguinte teor: *“Derrama – reporte taxas – pedido de alteração do reporte eletrónico. No cumprimento do estipulado no número 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e na alínea d), do número 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Cantanhede, na sua sessão de 18 de dezembro de 2017, sob proposta da Câmara Municipal de 05 de dezembro de 2017, aprovou a fixação das seguintes taxas de derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC): Taxa de 1,5% para os sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, superior a 150.000,00€; Taxa de 0,0% para os sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, que não ultrapasse os 150.000,00€ e, por conseguinte, isentar o pagamento de derrama; Isentar do pagamento de derrama a SANINDUSA 2 – Indústria de Sanitários, S.A., com o NIPC 505 021 676, considerando que a unidade*

*industrial da empresa foi totalmente destruída no incêndio que devastou o concelho no dia 15 de outubro de 2017. Fixadas as respetivas taxas, o Município procedeu, nos termos do número 17, do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, ao reporte eletrónico à Autoridade Tributária e Aduaneira, no dia 19 de dezembro (ANEXO 1), e à comunicação, por ofício, em 29 de dezembro de 2017, para o Serviço de Finanças de Cantanhede (ANEXO 2). Porém, o reporte eletrónico efetuado continha um lapso, considerando que, pela análise do ANEXO 1, se afere que não foi convenientemente reportada a isenção dos sujeitos passivos com volume de negócios, no ano anterior, igual ou inferior a 150.000,00€. Dado que é público e notório a fixação da derrama nos termos deliberados, o alcance económico, político e social que a situação criada pode suscitar junto do tecido empresarial, indo contra a vontade dos órgãos autárquicos e consciente do manifesto lapso verificado, solicita-se a V. Exa. que mande providenciar pelos procedimentos necessários à correção dos dados reportados eletronicamente. Na sua impossibilidade, serve o presente para requerer a V. Exa. o envio da relação dos sujeitos passivos, com um volume de negócios no ano anterior igual ou inferior a 150.000,00€, que procederam à liquidação do referido imposto, bem como o montante pago por cada um deles, possibilitando dessa forma a restituição dos valores pagos indevidamente por estes contribuintes, cumprindo, dessa forma, a já citada deliberação da Assembleia Municipal.” Resumiu, de seguida que, pela existência daquele lapso eletrónico, o Município já solicitou a necessária correção, caso ainda haja tempo. Caso não seja possível a correção por parte da AT, o Município irá ressarcir os empresários na exata medida do pagamento indevido efetuado junto dos Serviços de Finanças.-----*

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 2 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Duarte Arnaut»:-**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura recordou que já foi dado conhecimento do teor do Voto de Pesar em causa a todas as bancadas com assento na Assembleia, o qual obteve a concordância das mesmas, dispensando assim a sua leitura. Colocou, de seguida, a votação, por escrutínio secreto, o referido Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Duarte Arnaut subscrito pelas três bancadas, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente Mesa, João Moura informou que o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de Mini Escavadora», o Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Aquisição de Atrelado», o Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XV Feira do Tremoço», o Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XVI Feira do Vinho e da Gastronomia», o Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VIII Mostra Gastronómica Sopas e Pedras», o Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza da Praia da Tocha» e o Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2017, pela Equipa de Sapadores Florestais», tratam de assuntos relacionados com as Juntas de Freguesia, nomeadamente, atribuições de subsídios e isenções de taxas pelo que solicitou que fossem explicados em conjunto, sendo, de seguida votados individualmente.-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - O ponto 3 refere-se à aquisição de uma miniescavadora, por parte da União das Freguesias de Covões e Camarneira, com vista à execução de obras e à realização de eventos de interesse para o município, pelo valor de 46.125,00 €. Acrescentou que foi proposto a atribuição de um subsídio àquela União de freguesias, à semelhança do que é costume com as juntas de freguesia, no valor de 13,837,50 €; - O ponto 4 refere-se à aquisição de um destroçador com adaptação de atrelado para trator, pela União das Freguesias de Portunhos e Outil, pelo valor de 5.522,76 €, tendo sido atribuído um subsídio de 1.656,83 €; - Relativamente ao ponto 5, recordou que decorreu a XV Feira do Tremoço na freguesia de Cadima, sendo a proposta de subsídio, à semelhança dos outros que foram atribuídos às Feiras Gastronómicas das associações, de acordo com a tipologia analisada pelos serviços no valor de 1.350,00 €; - Relativamente ao ponto 6, refere-se realização na freguesia da Cordinhã da XVI Feira do Vinho e da Gastronomia, cujo subsídio foi também de 1.350,00 €; - Relativamente ao ponto 7, para a VIII Mostra Gastronómica Sopas e Pedras da União de Freguesias de Portunhos e Outil também foi atribuído um subsídio no montante de 1.350,00 €; Relativamente ao ponto 8, respeitante à limpeza urbana e do areal na Praia da Tocha, informou que, que cada vez mais e com a carência de pessoal, existem grandes dificuldades para realizar aquela manutenção, tendo sido destacada toda a equipa de administração direta da Câmara que, em articulação com a Junta de Freguesia da Tocha, procederam àqueles trabalhos. Informou ainda que, calculados os custos, atribui-se um subsídio à Freguesia da Tocha no valor de 11.500,00 €.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 3** - «**Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

**União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de Mini Escavadora»,**  
tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Aquisição de Atrelado»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocada à votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Aquisição de Atrelado»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XV Feira do Tremoço»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XV Feira do Tremoço»,** tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XVI Feira do Vinho e da Gastronomia»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XVI Feira do Vinho e da Gastronomia,** tendo este sido aprovado por unanimidade».-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VIII Mostra Gastronómica Sopas e Pedras»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VIII Mostra Gastronómica Sopas e Pedras»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza da Praia da Tocha»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Alves, o qual alertou para o facto de existirem passadiços que se encontram quase a 2 metros de profundidade na areia, o que não pode continuar a acontecer. Acrescentou que há que arranjar uma solução para aquela situação, podendo não passar pela Câmara, porque é de jurisdição da APA e da capitania. Afirmou de seguida, estar convencido que, no corrente ano, vão haver muitas reclamações porque os passadiços estão em mau estado, tendo a Junta de Freguesia feito o possível para os arranjar da melhor forma.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmou que, infelizmente, não é um problema só da Praia da Tocha, mas da maioria das praias existentes e, não havendo mais pedidos de intervenção, colocou a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza da Praia da Tocha»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos**

**trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2017, pela Equipa de Sapadores Florestais»:**-----

----- Interveio a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que, aquela equipa existe desde agosto de 2008, com grande esforço da Junta da Freguesia da Tocha que, muitas vezes, tem que antecipar verbas para poder pagar ao pessoal. Pelo exposto, naturalmente, a câmara comparticipa aquela equipa de Sapadores com um subsídio de 7.500,00 €, para que a Junta possa colaborar no sistema local de proteção civil e de combate a incêndios e continue a dar os resultados que tem dado, pois têm feito um excelente trabalho.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2017, pela Equipa de Sapadores Florestais»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de plurianualidade do subsídio para 2019, atribuído à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Construção do Polivalente da Camarneira»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de uma questão contabilística, pois a União de Freguesias de Covões e Camarneira transmitiu que não vai conseguir utilizar toda a verba em 2018, pelo que parte do subsídio atribuído, no valor de 40.000,00 €, passará para o ano de 2019.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de plurianualidade do**



**subsídio para 2019, atribuído à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Construção do Polivalente da Camarneira», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- O Sr. Presidente Mesa, João Moura informou que o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / XVI Feira do Vinho e da Gastronomia», o Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / XV Feira do Tremoço», o Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença desportiva / Prova de BTT e pedestre “Caminhos do tremoço”», o Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / VII Mostra Gastronómica Sopas e Pedras, em Outil» e o Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / Mês da Cultura, Saúde e Desporto de Ançã», tratam de isenções de taxas às Juntas de Freguesia, solicitando que fossem igualmente explicados em conjunto, sendo, de seguida votados individualmente.-----**

----- Voltou a intervir a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, informando que para a XVI Feira do Vinho e da Gastronomia, foi isenta a taxa devida pela licença de funcionamento de recinto, pelo valor de 100,70 €, para a XV Feira do Tremoço foram isentas taxas no valor de 91,97 € e ainda 17,48 € devidas pelo licenciamento da prova desportiva de

BTT e Pedestre Caminhos do Tremoço, para a XVIII Mostra Gastronómica Sopas e Pedras foram isentas taxas no valor de 65,75 € e, finalmente, para a semana da Cultura, Saúde e Desporto 2018 da Freguesia de Ançã foram isentas taxas no valor de 65,76 €.

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / XVI Feira do Vinho e da Gastronomia»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / XVI Feira do Vinho e da Gastronomia»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / XV Feira do Tremoço»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / XV Feira do Tremoço»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença desportiva / Prova de BTT e pedestre “Caminhos do tremoço”;**»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença desportiva / Prova de BTT e pedestre “Caminhos do tremço”»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / VII Mostra Gastronómica Sopas e Pedras, em Outil»:-**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / VII Mostra Gastronómica Sopas e Pedras, em Outil»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / Mês da Cultura, Saúde e Desporto de Ançã».**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença especial de ruído e licença de funcionamento de recinto de espetáculos e divertimentos públicos / Mês da Cultura, Saúde e Desporto de Ançã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Relação das isenções de taxas municipais concedidas durante o 1.º semestre de 2018 pela Câmara Municipal / Para conhecimento»:-----**

----- Retomou a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, informando que o valor da isenção no 1.º semestre de 2018 atingiu 289.303,62 €, distribuído por um grande número de entidades. Esclareceu ainda que se tratam de isenções quer da área do Urbanismo, quer das taxas e licenças, quer da parte administrativa. Referiu-se de seguida a um valor mencionado na parte do urbanismo que atinge 247.131,24 €, referente a taxas devidas no âmbito de um processo de obras e tem a ver com o facto de 3 empresas terem adquirido terrenos na Zona Industrial de Cantanhede de forma a privada, mas como se trata de um loteamento de iniciativa municipal, pela urgência, não fazia sentido que a Câmara adquirisse aqueles mesmos terrenos àquelas empresas para depois voltar a vender-lhos. Assim, informou que foi refeito aquele loteamento da zona industrial, mas como o processo entrou em nome daquelas três empresas, foi isento de taxas. Informou ainda que as outras isenções foram a várias entidades, tais como: Fábricas da Igreja Paroquial, Uniões de Freguesias, Igreja Evangélica, Associação de Natação de Coimbra, Associação Desportiva da Pocariça, Comissão Política do PSD, AEC, Centro Social de Ourentã, Agrupamento de Escolas, Bombeiros, Sociedade Columbófila, entre outras entidades, com base no disposto nos respetivos Regulamentos Municipais.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Lemed, a celebrar entre o Município de Cantanhede, a União das**

**Freguesias de Cantanhede e Pociça e a Associação Sombras Negras Atlético Clube, no âmbito do Programa de requalificação do 1.º CEB»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou tratar-se do protocolo, semelhante a todos os outros que têm em vista o aproveitamento das Escolas do 1º CEB que encerraram em virtude da reorganização da rede escolar. Acrescentou que, neste caso, os requisitos são os mesmos, sendo o protocolo tripartido entre o Município, a União das Freguesias de Cantanhede e Pociça e a Associação Sombras Negras Atlético Clube. Reforçou ser uma forma de rentabilizar aquele espaço que acaba por ter, via associação, uma maior fruição e uma maior utilização para um conjunto de atividades de interesse Cultural, Desportivo ou Recreativo, sendo uma mais-valia para o associativismo local, proporcionando um maior número de atividades locais.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17- «Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Lemedede, a celebrar entre o Município de Cantanhede, a União das Freguesias de Cantanhede e Pociça e a Associação Sombras Negras Atlético Clube, no âmbito do Programa de requalificação do 1.º CEB»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Centro de Saúde de Cantanhede / Requalificação do Espaço envolvente e iluminação do Parque de Estacionamento / Comunicação enviada pela Sr.ª Presidente da Câmara e ao Sr. Ministro da Saúde / Para conhecimento»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que todos os presentes terão tido ocasião de ler a carta a enviar ao Sr. Ministro da Saúde propôs que todos os intervenientes, caso o pretendam, possam dar algum contributo. Informou, de seguida que o Executivo esteve no dia anterior à presente sessão, numa reunião na ARS do Centro onde o assunto foi abordado. Acrescentou que, nessa reunião estiveram presentes a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Reis Marques, Presidente da ARS do Centro, com mais dois administradores, o Dr. Carlos Ordens, responsável do ACES e a Dr.<sup>a</sup> Santis, responsável da ARS de Cantanhede. Da parte do município estiveram presentes ela própria e da vereação a Enf.<sup>a</sup> Célia São José do PSD e o Dr. Luís Silva do PS, das bancadas com assento na Assembleia Municipal, o Dr. José Vieira pelo PS, a Enf.<sup>a</sup> Conceição Sá pelo PSD, o Sr. Carlos Negrão pela CDU e também o Enf.<sup>o</sup> Egídio Patrão em representação das juntas de freguesia que têm ou que pretendem ter postos de enfermagem. Acrescentou que aquela reunião focou vários pontos, nomeadamente: - A questão da envolvente do Centro de Saúde que se encontra numa situação tremenda, tendo a própria responsável da USF informado que, quando abre a janela, a erva ultrapassa o tamanho da mesma e que existem cobras e ratos, naquela envolvente. Informou ter transmitido à Dr.<sup>a</sup> Rosa Reis Marques que poderia ter havido a tentação da parte da Câmara, nomeadamente, da bancada do PSD, de ir para os jornais, para as redes sociais falar sobre o tema, mas nunca houve uma única manifestação nesse sentido, apesar das redes sociais, estarem constantemente a referir a Câmara e a Junta de Freguesia por não intervirem naquele espaço. Referiu que, evidentemente, a Câmara não pode, nem deve intervir naquele espaço e que não houve qualquer intervenção publicamente por duas razões que transmitiu à Sr.<sup>a</sup> Presidente do Conselho de Administração, nomeadamente, por respeito institucional

perante a ARS e por respeito, também, a um vereador do PS que também é o responsável pelo Centro de Saúde mas que não tem possibilidade de fazer qualquer intervenção naquele espaço por muita vontade que tivesse. A situação foi muito discutida e foi demonstrado o desagrado, não só pela questão da limpeza mas também pelo jardim que, neste momento, apenas tem ervas. Referiu ainda que o Dr. Carlos Ordens informou que, no seu tempo, existia jardim e que o mesmo era tratado, agora como responsável também do ACES, pode não ter a rubrica para o fazer. Informou de seguida que a Câmara arranjou uma hipótese de solução que a ARS irá analisar, mas também foi informada que já existia uma requisição de limpeza para que, o mais rapidamente possível, aquela envolvente seja limpa. No entanto, tem dúvidas que essa limpeza diga respeito a toda a envolvente, porque, de acordo com os valores que foram transmitidos estão previstos cerca de 620,00 €, e a Câmara tinha um orçamento que falava em mais de 1.000,00 € para limpar também toda a área dos cedros, não sabendo assim o que estará ali em causa, mas, pelo menos haverá limpeza. Alertou para o facto de limpar uma vez, não significa que seja alcatroar todo o espaço, e como o calor continua e a chuva também, daqui a um mês ou dois, a erva vai novamente continuar a crescer: - Foi manifestada a vontade de poder fazer uma intervenção, na entrada que se inicia do lado dos cuidados continuados da Santa Casa, se prolonga pelo muro antigo do Hospital, continua na parte do Centro de Saúde e no estacionamento, mas como todos sabem a resposta do Governo foi que sim, mas que o terreno teria que ser comprado pelo Município por 138.000,00 €, o que considera inadmissível; - Foi manifestada a falta de iluminação existente, existindo um abaixo-assinado de funcionários e de utentes que foi também enviado para a ARS, tendo o Ministério concordado em que seja a Câmara a fazer a obra, desde que não pense que se apropria do terreno, sendo assim evidente que não haverá nenhuma

intervenção. O problema é do Estado, logo tem de ser intervencionado pelo Estado, mas, e porque o Executivo continua a achar que é através do diálogo e da ligação entre todos os intervenientes que se pode conseguir melhorar todo aquele espaço, ficou articulada uma reunião com a Direção Geral do Tesouro, tendo em vista sensibilizá-los sobre a questão do terreno e da vontade que o Município tem em fazer ali uma intervenção. Informou ainda que solicitou uma reunião na CCDRC para saber se há possibilidade de se fazer uma intervenção através do PEDU, que pudesse ir ao encontro das necessidades daquele espaço. - O Dr. Luís Silva também alertou que, além do arranjo da envolvente, há uma necessidade urgente da realização de algumas obras no Centro de Saúde, pois há paredes que estão a cair e janelas que estão completamente degradadas, estando o espaço a ficar em condições inaceitáveis; - Relativamente aos postos de enfermagem recordou que alguns estão a funcionar nas freguesias que não tinham extensões de saúde, tendo sido efetuado um pedido em Fevereiro para a criação de novos postos de enfermagem, ao qual não se obteve resposta. Em maio, voltou-se a insistir, mas continua sem resposta porque, de acordo com a informação transmitida tanto pelo Dr. Carlos Ordens como pelo Dr. Mário Ruivo, há muitas dúvidas sobre a forma como o protocolo foi feito, pondo em causa a ARS por não poder fazer a coordenação de enfermeiros que não sejam deles, nem pagar os consumíveis, o que também é uma situação muito delicada. A Sr.<sup>a</sup> Presidente recordou que se trata de um protocolo que já é feito há vários anos, tendo sido assinado já por diversos Presidentes de Conselhos de Administração da ARS, com várias cores políticas, mas agora estes problemas estão a ser colocados. Deste modo, não havendo a validação daqueles postos de enfermagem, as Juntas de Freguesia estão a ser penalizadas porque a Câmara não pode transferir a verba para pagar aos enfermeiros. Logo, foi solicitada celeridade na decisão a tomar sendo que, se não os



quiserem assinar, que o digam de uma vez, por todas. No entanto, informou ainda que, a Dr.<sup>a</sup> Rosa numa tentativa de ir ao encontro de alguma conciliação sugeriu que o Dr. Carlos Ordens, a Enf.<sup>a</sup> Conceição Sá, a Enf.<sup>a</sup> Célia e o Enf.<sup>o</sup> Egídio analisassem o protocolo, para ver o que se poderia alterar no sentido de se poder ultrapassar os problemas levantados, com alguma celeridade. Afirmou que essas negociações irão decorrer, mas de acordo com o que diz o Dr. Carlos Ordens, o parecer dos enfermeiros consultados é negativo, bem como o parecer jurídico. Também foi falada da situação da consulta aberta, nomeadamente, sobre a distinção entre os médicos que dão apoio àquela consulta e os que estão nas extensões de saúde e que, de acordo com a estrutura que é uma USF, não podem estar na consulta aberta. Recordou que o protocolo original assinado pelo Dr. Regateiro e pelo Dr. João Pimentel, onde era referido que caso houvesse carências de médicos, tinha de se arranjar solução para colocar médicos na consulta aberta, seja por contratação particular, seja por horas extraordinárias, existindo assim sempre uma salvaguarda, era só quererem. Acrescentou que a Dr.<sup>a</sup> Rosa afirmou que, para colmatar essas falhas, uma vez que os médicos que saem das extensões de saúde e vão para a consulta aberta estão a deixar desfavorecidas aquelas freguesias, irá fazer contratos, de preferência com médicos aposentados, para poder ter médico entre as 9h e as 20h00h, sendo o restante horário, eventualmente, preenchido através de horas extraordinárias. Referiu que, em sua opinião, deve-se lutar pelo Serviço de Urgência, porque pelo que entendeu da reunião havida, a partir do momento em que todas as Freguesias do Concelho tiverem consultas através das USF's até às 8 da noite, não faz sentido haver consulta aberta. Afirmou assim que, enquanto for Presidente da Câmara, estará completamente contra a situação de acabar com a consulta aberta, porque, no seu entender, não é porque o munícipe tem consulta na sua freguesia que está

perfeitamente defendido, porque há situações que apenas são bem acauteladas no hospital. Exemplificou com uma mão partida ou uma crise de asma que não podem ser tratadas numa extensão de saúde, para além do facto de Cantanhede ter quatro zonas industriais e um parque escolar grande, senão que, se acontecer qualquer coisa, as pessoas não têm para onde ir. Considera que deve existir uma posição conjunta uma vez que, de acordo com a informação que dispõe, estão a enviar doentes da USF de Cantanhede para o Hospital da Mealhada, que tem um serviço melhor, não só para quem tem a ADSE ou o SAMS, mas também para os que são do Serviço Nacional de Saúde. Considera que Cantanhede pode e deve ter aqueles serviços, portanto há que lutar para que tal aconteça; - Referiu ter alertado para o facto de uma médica da USF da Tocha ir para a reforma, existindo a necessidade urgente de ser substituída; - Chamou a atenção para uma situação para a qual o Presidente da INOVA já tinha alertado o Conselho de Administração do Rovisco Pais, nomeadamente, de que a rede daquela unidade hospitalar é privada e não está em condições; - Transmitiu ainda que, tinha-lhe chegado um comunicado do Sindicato Independente dos Médicos a falar das más condições de trabalho no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, alertando para a necessidade urgente de fazer contratação, porque os médicos estão em constante desgaste; - Foi também referido que o Dr. Carlos Ordens concordou com o facto de que, a alteração da forma como estão sinalizados os doentes para a rede de cuidados paliativos e continuados não estar a resultar; - Considerou ter sido muito importante a ida à ARS, apesar de muita coisa ter ficado por decidir, sobretudo pela forma como todos participaram e partilharam as suas preocupações na reunião. Reforçou que há coisas que não podem ficar esquecidas e que há que continuar a trabalhar para que não existam tentações de pensar que uma consulta aberta pode

ser substituída, só pelo facto de haver até às 8 horas de consultas médicas nas freguesias. -----

----- O Sr. Presidente deu, de seguida, a palavra ao Sr. Carlos Negrão, da bancada da CDU, o qual registou com agrado o convite formulado pela Sr.ª Presidente da Câmara para estar presente na reunião com a ARS, bem como a forma como a mesma decorreu. Afirmou ter a ideia que existe da parte da ARS abertura para solucionar os problemas que lá foram colocados, pese embora existam ainda algumas situações a ultrapassar, sobretudo de natureza jurídica colocadas na engrenagem pelo ACES. Afirmou esperar que sejam céleres na resposta às questões ali colocadas e que a sua bancada subscreve todas as reivindicações que lá foram apresentadas.-

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. José Vieira, da bancada do PS o qual também demonstrou o seu agrado em ter participado naquela reunião e afirmou que a ideia com que ficou foi que se vai tentar por tudo que a ARS resolva aqueles problemas- Afirmou também que a bancada do PS já teve reuniões com a ARS no sentido de os resolver, porque considera que aquelas situações são transversais a todas as forças políticas do concelho, acima de tudo porque são do interesse do concelho. Recordou ainda que, ele próprio, enquanto Presidente da Comissão Política, falou desses problemas nas redes sociais, mesmo sabendo que as responsabilidades da questão do Centro de Saúde eram da ARS e, não tendo nenhum pejo em pegar no assunto, avançar e tentar a encontrar uma resolução da melhor forma. Afirmou entender, por exemplo, em relação aos contratos que haja um problema legal, porque dá ideia que os enfermeiros estão sobre a tutela da ARS, o que não é verdade, mas pareceu-lhe que houve uma completa abertura para a resolução daquela situação. Relativamente ao capim que se vê à volta do Centro de Saúde, lembrou que o problema não é novo e que já vem da anterior direcção da ARS,

logo, trata-se de uma situação contra a qual todos devem estar contra e querer vê-la resolvida o mais rápido possível. Assim, congratula-se com as hipóteses de solução apresentadas, nomeadamente, que em princípio, virá uma empresa de Coimbra que faz a manutenção da ARS resolver aquela primeira fase, para além da possibilidade de se vir a estudar um possível protocolo com a INOVA e a ARS para resolver aquela situação, considerando portanto, que os assuntos estão bem encaminhados, graças ao esforço de todos pelo que deu os parabéns à Câmara por participar naquele esforço e por ter convidado alguém da bancada do PS para participar na referida reunião.-----

----- Interveio, ainda o Sr. Presidente da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Egídio Patrão, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que, relativamente à questão do Hospital, a única coisa de que se falou foi o documento que a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, tinha recebido naquele mesmo dia e a Presidente do Conselho de Administração da ARS, Dr.<sup>a</sup> Rosa, deixou bem claro, que se fosse para discutir a questão do Hospital teria que estar presente alguém do Conselho de Administração do mesmo, pelo que considera importante referir que a questão do hospital não esteve em cima da mesa, de todo.---

----- Falou, de seguida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual enalteceu o espírito de cooperação e a postura de cooperação existente entre as diversas entidades que estão envolvidas na procura de soluções para aquele problema, bem como a postura construtiva da Câmara, no sentido de procurar resolver o problema sem afrontar entidades supramunicipais. Ainda assim, repudiou o comportamento do Estado, pois não será certamente o Centro de Saúde e a questão da sua envolvente, caso único de quererem que se pague para arranjar. Recordou que em tempos, na sua freguesia, também fez uma proposta de

ajardinamento de um espaço junto à antiga linha férrea e a proposta foi exatamente a mesma, questionaram sobre quanto é que a Junta queria pagar para que o trabalho fosse realizado, o que considera ser vergonhoso. Relativamente à questão da consulta aberta e da urgência, referiu que a bancada do PSD defende naturalmente, no mínimo dos mínimos, a manutenção da consulta aberta nos atuais moldes, mas entende que Cantanhede pode, deve e merece ter uma urgência aberta 24 horas por dia. Recordou, de seguida que, a ARS em novembro de 2017 defendia o serviço de urgência básica aberto 24 horas e a integração do Hospital nos CHUC, a mesma ARS em fevereiro de 2018 defendia a manutenção da consulta aberta nos moldes atuais e um protocolo com o Hospital Distrital da Figueira da Foz, em junho de 2018 pretende passar os serviços de saúde básicos para a Unidade de Saúde Familiar, não resolvendo problema algum. Recordando que na reunião não esteve ninguém da Administração do Hospital, estranha que, estando nesta Assembleia Municipal administradores do hospital e estando em causa os superiores interesses do município, não se pronunciem sobre o assunto. Relativamente à questão da responsabilidade da ARS, recordou que, um elemento da Assembleia Municipal, há dois anos atrás, dizia que a responsabilidade da limpeza e da manutenção entre outras coisas era do ACES e que, sob a responsabilidade da ARS Centro, tutelada na altura por um presidente do anterior Governo, tem o dever de olhar com equidade, rigor e transparência para toda a área de abrangência da ARS Centro e que, por ironia do destino, era do Concelho de Cantanhede. Acrescentou que, a Presidente atual da ARS não é do Concelho de Cantanhede, nem foi nomeada pelo anterior Governo, concluindo que não está a olhar com equidade, com rigor, com transparência para toda a sua zona de abrangência. Finalmente, questionou a Sr.ª Presidente da Câmara, se, à semelhança do que a Câmara Municipal de Viseu fez com as Infraestruturas de

Portugal, o Centro de Saúde está abrangido nas três entidades que estão sinalizadas para serem autuadas na Freguesia de Cantanhede por não cumprir com os requisitos de limpeza.-----

----- O Sr. Presidente deu, de seguida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Conceição Sá, a qual, após cumprimentar todos os presentes da sessão, considerou que, ao contrário do que já foi afirmado na sessão, aquela reunião não correu assim tão bem, pois considera que as pessoas com responsabilidades da cidade não estavam todas na mesma linha de entendimento. Afirmou considerar que todas as pessoas que estavam na reunião eram importantes, mas, quando há na reunião pessoas que têm responsabilidade na Cidade e o no Concelho, considera expectável que as pessoas que estão na ARS e na reunião tragam para a mesma os interesses do cidadão, da população e da localidade. Acrescentou ter-lhe parecido que alguns argumentos identificados, nomeadamente, quanto aos protocolos dos postos de enfermagem, não foram de utilidade ou de não utilidade dos postos, mas sim, das condições para os postos. Considerou, de seguida que se deve colocar a questão da utilidade, se são úteis ou não são úteis, se fazem sentido ou não fazem sentido, porque se fazem sentido, têm que se criar as condições necessárias. Nesse caso, se o protocolo não está bem, deve ser revisto, mas considera que a vontade ali manifestada, foi de não se dar continuidade àqueles protocolos, não apenas aos novos, mas também aos que já existiam, comprometendo a continuidade dos mesmos. Referiu que, pelo facto, de haver um parecer da Ordem que vai no sentido de haver alguma dificuldade do reconhecimento da autonomia dos enfermeiros e as questões de registo dos atos de enfermagem, são argumentos que podem ser revistos no sentido de estarem todos de acordo e garantir uma prática segura e de qualidade dos enfermeiros, garantindo até a própria transferência de informação dos postos para o Centro de Saúde.

Considera assim que, há ali, na verdade, artigos dos protocolos que podem ser revistos, se todos estiverem de boa-fé e na mesma linha de entendimento, indo ao encontro das necessidades das populações. Considera ainda que, pela configuração geográfica, faz sentido existir descentralização dos postos de enfermagem, pelo que, se faz sentido e se estão todos de acordo, os protocolos devem ser revistos para que haja essa possibilidade. Mas, a dado momento, pareceu-lhe que existia ali algum conflito de interesses relativamente às USF's, demonstrando que não estavam todos na mesma linha de entendimento. Obviamente, que a ARS demonstrou disponibilidade e vontade para avançar, mas também não lhe pareceu que houvesse vontade de que o processo fosse célere, não restando outra solução senão aguardar. Mas, acrescentou que aguardar, não significa ficar parados, porque considera importante que, quer ao nível dos Presidentes de Junta, quer ao nível da Câmara Municipal, se deva dar a saber à população que, se não há continuidade dos postos de enfermagem, a responsabilidade nem é da Junta, nem da Câmara. Relativamente à questão do Hospital e da consulta aberta, que também se prendem um pouco às USF's, afirmou parecer-lhe que o que está a impedir a evolução e a melhoria urgente da consulta aberta, prende-se também com os interesses profissionais das USF's e não dos interesses do cidadão, o que lhe pareceu perverso.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que a questão da Saúde no concelho tem sido recorrente na Assembleia Municipal, sendo um assunto sobre o qual se pode discursar por diversas horas, pelo que, se for necessário poderá realizar-se uma sessão só para tratar daquele assunto. Recordou que, não se encontram soluções que parecem, em teoria, ser perfeitamente exequíveis no concelho e que, relativamente aos postos de enfermagem foram considerados um bom exemplo ao nível do país. Recordou ainda que todos, nomeadamente, os Presidente de Junta e

ele próprio, ainda enquanto Presidente de Câmara, recorrentemente diziam para nunca se acabar com os postos de enfermagem, com essa descentralização e com a proximidade com as pessoas.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual subscreveu tudo o que o Sr. Presidente da Mesa acabou de dizer, uma vez que no mandato anterior, sempre houve vontade por parte do antigo Presidente da ARS em resolver o problema do Hospital, do Centro de Saúde e dos Postos de Enfermagem, assim como por parte do Executivo Municipal, seja do anterior, seja do atual. Acrescentou que, a única diferença entre o último mandato e este, é o facto de haver uma maior concertação de todas as forças políticas presentes, no sentido de manifestarem uma posição conjunta. Recordou que, já uma vez afirmou que a situação do Hospital não podia ser uma questão partidária, mas sim uma questão de serviço público, e neste momento, verifica-se que todas as forças partidárias estão de acordo, mas, no essencial nada se alterou. Referiu ainda que existe boa vontade por parte da ARS, boa vontade por parte de todos os presentes na sessão para resolver o problema, mas soluções práticas não há, subscrevendo assim as palavras do Sr. Presidente da Mesa, no sentido de se fazer uma discussão mais alargada sobre esta temática e uma tomada de posição, porque, de facto, não se regista qualquer avanço naquela matéria.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida, a palavra ao Sr. Artur Carvalhinho, o qual, enquanto membro do Conselho Diretivo do Hospital de Cantanhede, explicou que o referido Conselho Diretivo não esteve presente na reunião da ARS, nem o Hospital de Cantanhede foi assunto da ARS, como o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Egídio Patrão, esclareceu. Acrescentou não ter percebido a interpelação do Membro da CDU, Carlos Negrão, sobre defender o quê, como e quando relativamente ao Conselho Diretivo do Hospital



de Cantanhede. Esclareceu, de seguida que a consulta aberta, nada tem a ver com o Hospital de Cantanhede, pois este única e simplesmente cede as suas instalações para o efeito. Relativamente à questão do cansaço médico, afirmou ser verdade, mas tanto o é no Hospital de Cantanhede, como também o é a nível nacional. Relativamente aos utentes dos cuidados paliativos, também é exterior ao Hospital, por muito que lhes custe, mas é a forma como está. Nós somos uma entidade recetora de utentes, efetivamente temos períodos que estamos a cinquenta por cento, mas na qual não temos absolutamente nenhuma responsabilidade, tendo tentado através de todos os contactos formais e informais possíveis, que haja uma maior referenciação para que possam dar uso e a devida utilização à excelente equipa de cuidados paliativos existente no Hospital. Pelo exposto, afirmou não perceber, porque o Hospital não foi assunto na referida reunião.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Egídio Patrão, reforçando que o Hospital de Cantanhede não foi assunto mesmo, tendo a Dr.ª Rosa deixado isso bem claro, porque não estava ninguém do seu Conselho Diretivo, nem tinha que estar porque não era um dos assuntos que estavam em discussão e quando for, estará lá alguém do Conselho Diretivo. Relativamente aos cuidados paliativos, ele próprio o disse na reunião que a equipa é excelente, o serviço é excelente e tem condições para estar a funcionar sempre a cem por cento. Acrescentou não ser culpa do Conselho Diretivo do Hospital, mas sim de quem referencia os doentes para aquele serviço, apesar do Hospital ter feito muitas diligências nesse sentido, inclusivamente, tem uma consulta de cuidados paliativos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Luis Pato, o qual subscreveu a proposta de uma sessão exclusiva para debaterem aquele

assunto. Referiu de seguida que, tal como aconteceu na anterior sessão, o Membro da Assembleia que está presente na sessão, não está no papel de gestor hospitalar pelo que, se assim o pretenda terá que falar no final da sessão. Recordar, de seguida que ao contrário da atual Presidente da ARS, o Presidente da anterior Direção era do Concelho, o que não convém esquecer.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, concluiu ser um assunto que fica pendente, o Executivo e a Sr.<sup>a</sup> Presidente têm efetuado diligências e existem reuniões que vão decorrer brevemente, pelo que, no devido tempo, ele próprio convocará uma reunião a realizar não na Assembleia Municipal, mas para um dia de semana à noite depois de jantar, a partir das 21h00 horas, para todos os Membros poderem conversar abertamente sobre este assunto, caso todos concordem.-----

----- Finalmente, interveio novamente a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que ficou acertado que o Dr. Carlos Ordens irá fazer uma reunião por causa dos postos de enfermagem, a qual espera que seja marcada com urgência e, depois em função do que for decidido, poderá ser marcada a referida reunião. Esclareceu ainda que a questão do Hospital apenas foi referida, porque tinha acabado de chegar o comunicado do Sindicato dos Médicos a dizer que o Hospital não tinha condições de trabalho.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da 2.<sup>a</sup> alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2018»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de novo, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a alteração em causa tem a ver com algumas adaptações necessárias após a aprovação do anterior Mapa de

Pessoal. Recordou que, através do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, foram ocupados 52 postos de trabalho, cujos procedimentos concursais já terminaram pelo que, há a necessidade de se proceder àquela alteração, exatamente devido à entrada de todos eles. Assim, referiu que se encontram 290 postos de trabalho ocupados e se mantêm 6 propostas de recrutamento, ainda no âmbito de programa de regulação de vínculos precários. Justificou que se tratam de pessoas que, à época, quando foi iniciado aquele procedimento, ainda não tinham cumprido o *timing* que a lei exigia, e uma vez que já está a decorrer o procedimento necessário, encontram-se já inseridos neste novo mapa de pessoal. Informou também que existem ainda 3 propostas de recrutamento por tempo indeterminado para assistentes operacionais na área de auxiliar de ação educativa. Referiu ainda que também houve o descongelamento das carreiras, pelo que os acertos começaram a ser feitos e informou que, no momento, já existe a possibilidade de criar uma proposta de recrutamento para fiscal municipal principal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2018»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de dissolução e liquidação da WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A., ao abrigo do art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais»:--**

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que Cantanhede faz, há largos anos, parte da WRC - Web para a Região Centro, mas a sua situação não está nada famosa já há muito tempo. Assim em sua Assembleia Geral, o Conselho Administração constituído pelo Dr. Rui Marqueiro, do Município da

Mealhada, pelo Dr. Jorge Pato de Oliveira do Bairro, Dr. Ricardo César Oliveira, suplente, do Município de Albergaria-a-Velha. Apontou no sentido da sua dissolução, dado que, a entidade já está a dar resultados negativos ao longo de vários anos. O Município de Anadia que é o sócio maioritário, com 69,2% pretende internalizar as funções da incubação de empresas e da Universidade Sénior da Curia, inserindo todos aqueles ativos. Considera ser importante que tal aconteça, mas tem que ser deliberado não só pela Câmara como também pela Assembleia. Acrescentou que o Conselho de Administração fundamentou a sua proposta "*conforme referido e ainda com a incerteza material relativamente à capacidade de a sociedade dar continuidade às suas atividades*", mas vai ser inserida no Município de Anadia, a partir daí, a decisão será do próprio município. Informou de seguida que, as contas a 30 de abril de 2018 evidenciam um prejuízo na ordem dos 63.251,00 €, perspetivando-se elevadas perdas, à semelhança do que aconteceu em 2017, cujo saldo negativo foi de 251. 951,85 €. Assim, informou a Assembleia tem que deliberar a dissolução da WRC e que concorde com a internalização nos termos legais pelo acionista Município de Anadia. Referiu finalmente que, após a aprovação da dissolução, já em fase de liquidação, o Executivo Municipal, com faculdade de delegação ena sua Presidente, pode aprovar a prestação de contas da sociedade, que venha a ser apresentada pelos liquidatários.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, acrescentou que, se trata de uma associação que teve origem em 2001/2002, a partir de um conjunto de municípios cuja finalidade estava relacionada com a questão informática e produção de *software*, maioritariamente detido pelo Município de Anadia, sendo que a decisão da Câmara de Cantanhede foi concordar com a dissolução da mesma e internalizar daquele serviço pelo Município de Anadia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de dissolução e liquidação da WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A., ao abrigo do art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede, ano de 2017»:-**

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com a lei, deve-se fazer em, na sessão da Assembleia Municipal de junho a apresentação das contas consolidadas que incluem todas as entidades que fazem parte do grupo autárquico. Para uma melhor explicação, passou a explicar detalhadamente uma apresentação projetada, esclarecendo que tudo foi validado pela auditora do Município e pelos próprios serviços camarários. Informou ainda que aquelas contas já foram apresentadas ao órgão executivo, e que os documentos que fazem parte das contas consolidadas são o relatório de gestão, o balanço, a demonstração consolidada e agora a demonstração dos resultados consolidados, os resultados, os fluxos de caixa e os anexos. Acrescentou que tudo é feito de acordo com os procedimentos e métodos definidos pelo SATAPOCAL e as contas do Município que já foram aqui validadas, vão ser integradas nas outras, através de dois métodos que são diferentes. Recordou que a Câmara detém 97,39% da ABAP, 99,93% do BIOCANT, 100% da INOVA e uma pequeníssima percentagem da WRC. Assim, referiu que compilando os valores de todas aquelas entidades, o ativo é superior a 153 milhões de euros. Relativamente à descida do passivo em 4 milhões em todo o grupo autárquico, esclareceu que tem muito a ver com as amortizações dos empréstimos das diferentes entidades. Referiu também que parte

do passivo tem a ver com os proveitos diferidos, nomeadamente, verbas que têm a ver com as candidaturas que estão a decorrer e que, naturalmente nas contas de 2018, o endividamento do BIOCANT e da ABAP já não será o mesmo devido às aquisições e às vendas que foram feitas, pagando parte do empréstimo, tendo assim diminuído. Na demonstração de resultados verifica-se que o resultado líquido também aumentou em todo o grupo, tendo aumentado os proveitos e diminuídos os custos. Finalmente, relativamente aos fluxos de caixa consolidados, informou que com os saldos da gerência anterior, mais os recebimentos e os pagamentos, o saldo de gerência para o ano seguinte ultrapassa os 2 milhões de euros.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede, ano de 2017»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 31 votos a favor e 4 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 22 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 18/12/2017 / 1 de Abril a 14 de junho 2018 / Para conhecimento»**:-----

----- Voltou a intervir a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que aqueles compromissos se referem, concretamente, à manutenção dos relvados naturais dos complexos desportivos de Cantanhede, Tocha e Febres que terá efeitos neste e no próximo ano, assim como as obras que estão a decorrer nas infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede e na Zona Industrial da Tocha. Referiu ainda uma atribuição de subsídio ao Grupo de Teatro Experimental Novo Rumo, bem como um contrato de emprego-inserção que também terão efeitos em 2019.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2018»;**-----

----- Interveio de novo, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, tal foi necessário decorrente da receita obtida em mais de 680.000,00 €, pela venda de lotes na Zona Industrial de Cantanhede, sobretudo a empresa Pardal Holding, Lda. Mais ainda a necessidade da entrada de verbas decorrentes de uma candidatura de WIFI de 50.000,00 €, bem como de uma candidatura da APA para a questão de ribeiras e das valas, no valor de 100.000,00 €. Resumiu que, naturalmente, foi necessário proceder aos acertos que tinham de ser feitos, devido ao aumento de receita que não estava prevista em orçamento.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2018»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou que, passariam para o Ponto **25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da suspensão do Plano de Saneamento Financeiro»** e que, logo que o Sr. Secretário de Estado estiver presente, iniciariam o Ponto 24 - **«Análise do problema das descargas de águas residuais do “Intercetor Sul” das Águas do Centro Litoral (ADCL) – Ponto da situação com a presença do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins»**.-----

----- Interveio de novo, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou ser um ponto que lhe dá um prazer acrescido, bem como ao Executivo, ao Departamento Administrativo e Financeiro e à Divisão Financeira e de

Aprovisionamento, porque mesmo antes do prazo de saneamento financeiro ser concluído, o Município está em condições de poder suspender aquele mesmo saneamento. Referiu que, conforme alguns já podem ter visto em algumas notícias, o Município da Figueira da Foz também já suspendeu o seu. De seguida recordou que o processo de saneamento financeiro começou em 2009 e informou que o Órgão Executivo, pode solicitar a suspensão do plano de saneamento, caso sejam cumpridas algumas condições e se, se verificar que o Município está a cumprir o limite da dívida total. Acrescentou que essa suspensão produz efeitos a partir da data da receção pela DGAL e informou ainda que é com base nos valores que aquela entidade enviou, acompanhados da demonstração do cumprimento do limite da dívida. Referiu ainda ser claro que, se o Município voltar para uma situação de incumprimento, evidentemente, que tinha que voltar a ficar debaixo da alçada das condicionantes do plano de saneamento financeiro. Assim, explicou que, perante os dados existentes e a demonstração do cumprimento da dívida, verificou-se existir uma diferença que permite ao Município passar para a suspensão do plano de saneamento. Concretamente, informou que o Município está com uma folga de 7 milhões de euros, estando, assim, a cumprir a regra do endividamento e, como tal, pode solicitar a suspensão do plano de saneamento financeiro. Esclareceu de seguida que, a partir do momento em que é deliberado, deve ser dado conhecimento ao Tribunal de Contas, à Comissão de Coordenação, ao Ministério das Finanças e ao Ministério da Administração Interna e, a partir daí, o Município fica numa outra situação, embora tenha que continuar a cumprir. Afirmou, finalmente, continuar a contar com o controlo rigoroso das contas e com a atenção sempre exigente dos serviços municipais.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Rogério Marques, o qual concluiu que, pode interpretar da suspensão do plano de saneamento que o resultado da política de rigor



e da amortização da dívida que têm vindo a ser feita já do Executivo anterior, passando para o atual Executivo deram os seus resultados. Acrescentou que, no último relatório que saiu no final do trimestre sobre o financiamento das autarquias, verificou que ainda existem alguns municípios que têm necessidade de saneamento financeiro, pelo que neste momento, apesar da conjuntura económica, não podem pensar que este resultado é fruto dos ventos da economia que sopram atualmente, mas sim do resultado de um trabalho e de uma política de rigor que tem vindo a ser executada desde o último mandato até ao atual. Afirmou acreditar que esta alteração tem alguns riscos mas vai possibilitar várias coisas e algumas oportunidades. Acredita que já não será mais necessário a apresentação de vários relatórios a certas entidades, o que considera um risco, pelo que, por prudência, recomenda que as práticas se mantenham. Alertou para o facto de aligeirar procedimentos de controlo não vai acontecer, pois poder-se-ia correr o risco de haver alguma descontração naquele acompanhamento, que de facto era bastante rigoroso. Por outro lado, considera que o objetivo principal daquela suspensão é dar a possibilidade ao Município de não ficar de mãos atadas como estava, no sentido de ir buscar financiamento para obras que eventualmente possam vir a ser comparticipadas por programas comunitários, o que significa que se vai entrar numa outra fase, numa fase em que deixamos de sofrer as restrições que estávamos sujeitos, para agora ter mais graus de liberdade e poder continuar a desenvolver o concelho de Cantanhede.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da suspensão do Plano de Saneamento Financeiro»**, o qual após votação foi aprovado por maioria, com 30 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- Após a votação o Sr. Luís Pato, em representação da Bancada do PS, apresentou a seguinte declaração de voto: *“Tendo em consideração que na documentação facultada pelos serviços da Câmara Municipal de Cantanhede, concluímos que não existe nenhuma vantagem para a Câmara Municipal de Cantanhede em suspender o plano de financiamento que se encontra em vigor. É importante compreender que no caso do cumprimento deste plano, a sua suspensão liberta a Câmara Municipal de Cantanhede de inúmeras obrigações, de onde destacamos a de não contrair novos empréstimos. Ou seja, apesar de sublinharmos o cumprimento rigoroso deste plano, caso este ponto venha a ser aprovado, a Câmara Municipal de Cantanhede fica com a capacidade de endividamento de cerca de 7,2 M €. Esta necessidade é, para nós, de parca compreensão ainda pelo facto de, que se saiba, a Câmara Municipal de Cantanhede ter os seus projetos devidamente enquadrados no quadro de apoios comunitários vigente e não é conhecida, ou aliás não é público outro investimento que vá para além dos que já foram apresentados nas GOP's. Devido a estes aspetos, a bancada do Partido Socialista vota pela abstenção no ponto 25 relativo à suspensão Plano de Saneamento Financeiro.”*-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 24 - «Análise do problema das descargas de águas residuais do “Intercetor Sul” das Águas do Centro Litoral (ADCL) – Ponto da situação com a presença do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins»;**-----

----- Após a chegada do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, agradeceu em nome de toda a Assembleia e do Município de Cantanhede a sua disponibilidade imediata para estar presente nesta sessão, aquando do convite efetuado pela Sr.ª Presidente da Câmara para,

obviamente, discutir enquanto membro do Governo que tutela as Águas do Centro Litoral, uma questão que tem sido muito debatida nos últimos meses.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, a qual informou que, na última reunião que teve com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, em Lisboa, na qual também estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira e o seu vice-presidente, bem como o representante da Águas do Centro Litoral, foi-lhe feito o convite para estar presente na presente sessão da Assembleia Municipal, e que o mesmo se disponibilizou imediatamente, apesar de ter, com certeza, uma agenda preenchida, para vir a Cantanhede falar sobre a questão que preocupa muitíssimo Cantanhede e Mira, agradecendo a sua presença. De seguida referiu que, está presente não só pela sua responsabilidade natural enquanto membro do Governo na área em causa, mas também como conhecedor enquanto profissional daquela mesma área, podendo esclarecer o que o Governo e concretamente a AdCL pretende fazer no caso concreto. De seguida apresentou o assunto em causa, começando por referir que o Município de Cantanhede do ponto de vista ambiental está entre os primeiros a nível nacional. Recordou que, como já foi referido na sessão, detêm o primeiro lugar em termos de reciclagem pela INOVA, tendo estado sempre no top nacional pelo trabalho da equipa daquela Empresa Municipal. Recordou que parte do Município, tem ETAR's próprias que são tratadas pelos serviços da empresa municipal, mas a dada altura, ainda no mandato do Dr. Jorge Catarino, começaram a existir dificuldades no financiamento das ETAR's através de fundos comunitários. A 19 de Julho de 2005, foi aprovada pela Câmara Municipal a ligação à SIMRIA, depois, em setembro desse ano houve o projeto de execução da ampliação Sul, com o alargamento para Cantanhede e Mira da SIMRIA que já tinha a parte de Vagos e de Ílhavo, sendo que tudo ia para a ETAR

de Ílhavo. Acrescentou que de Cantanhede, iria para essa zona, Cadima, parte de Cantanhede, parte da Cordinhã, parte de Febres, Ourentã, parte da Pocariça, Sanguinheira, São Caetano e Tocha, num total de 39 quilómetros de condutas com diâmetros perfeitamente definidos no próprio protocolo, que previa apenas a possibilidade e a obrigação de que a INOVA cumprisse em termos de valores mínimos a lançar, devendo existir cuidados para cumprir caudais mínimos, não existindo referência a caudais máximos. Informou ainda que as ligações foram feitas pela INOVA, umas áreas foram desafetadas, terminou a ETAR de Cantanhede e de Febres. De seguida a INOVA começou na remodelação da rede já existente das outras freguesias, tirando Febres, Cantanhede e uma parte da Tocha, onde foram colocadas condutas novas, mas começaram-se a detetar problemas. Entretanto, a SIMRIA foi agregada pelas Águas Centro Litoral e em 31 de Março 2016, chegou uma informação da AdCL, sobre o alargamento do sistema de tratamento de afluentes em Mira devido a constrangimentos na área de Cantanhede e Mira. A AdCL dizia que o sistema em alta apresentava dificuldades para responder aos caudais verificados, por excesso de efluências indevidos, pela entrada no sistema em alta de zonas não previstas do município de Mira, acrescido de outras situações que se previam pelo facto de Cantanhede, através da quantidade de empresas que se estavam a estabelecer no Município, poder haver uma integração na rede de maior volume de águas residuais provenientes de aumento industrial e também ainda do aumento das ligações das redes municipais de Vagos. Tais factos demonstram que o problema não era apenas um problema que acontecia em Cantanhede e em Mira. Já na altura, a AdCL analisou toda aquela situação e verificou que há um problema adicional que faz com que o sistema não consiga corresponder ao aumento que se está a verificar e, logo aí solicitou à Hidra, através do Professor Saldanha Matos, uma pessoa

considerada e prestigiada no meio enquanto técnico, de fazer uma análise sobre qual a solução que se deveria encontrar para ultrapassar aqueles problemas. De seguida, a equipa do professor Saldanha Matos faz a análise solicitada, e apresentou três soluções: Uma solução seria o redimensionamento de todo o coletor, que hoje vai de Cantanhede até Ílhavo, outra seria a construção de algumas ETAR's em Mira e uma terceira solução, a construção de uma ETAR na confluência dos Municípios de Cantanhede e Mira que iria fazer o tratamento das freguesias que referiu e de alguns lugares do concelho de Mira. Acrescentou que houve muita análise durante algum tempo sobre aquelas possibilidades e o próprio estudo do Professor Saldanha Matos indicava que a solução ideal seria a terceira, com a construção da nova ETAR. Referiu de seguida que, à medida que o tempo foi passando, começou a verificar-se que aquelas descargas estavam a suscitar grandes problemas do ponto de vista ambiental, como acontece agora no Município, na zona das Cochadas, em que havia descargas que não eram constantes, mas eram diferentes do que são hoje, inundavam terrenos de cultivo, pequenas valas e criavam graves problemas à população. Outra questão que o próprio estudo referia era que, enquanto não se construísse a tal ETAR, a empresa implementaria duas medidas mitigadoras, uma delas era o aumento da capacidade de bombagem das estações elevatórias do intercetor Sul, pois previam que, com esse aumento de bombagem, houvesse um aumento da capacidade entre 15% a 20%, medida essa que foi implementada e a outra medida seria fazer descargas controladas, o que também foi feito. Acrescentou que aquele investimento ultrapassou cento e tal mil euros, mas curiosamente, a partir do momento em que aquelas medidas foram implementadas, por volta de fevereiro, parece que a situação se agravou. Reconheceu no entanto, que o inverno foi extremamente chuvoso, mais do que o normal e as descargas estavam a ser feitas de

forma contínua para a vala real, 24 sobre 24 horas. Recordou que, para que houvesse algum esclarecimento, foram efetuadas inúmeras reuniões na Freguesia da Tocha, devido à preocupação do seu Presidente da Junta, do seu Executivo e da sua Assembleia de Freguesia, em conjugação com o Município, elementos da Assembleia Municipal, a AdCL e com os Compartes. Relativamente aos compartes, esclareceu a AdCL tinha começado a fazer contactos com os mesmos para que a ETAR se localizasse em terrenos que são da sua gestão. Sobre esse assunto, houve algumas resistências e muita discussão e entendeu-se numa reunião, passar a localização para a zona das glebas. Depois disso e porque a proposta da ETAR não era uma ETAR convencional como as outras já existentes no Município, mas uma ETAR por infiltração, tendo sido solicitado ao professor Saldanha Matos que se deslocasse ao município para esclarecer sobre o que se pretendia implementar no concelho. Aquando da sua presença, numa reunião onde estiveram presentes todos os elementos já referidos afirmou que, na sua opinião não existe um exemplo a nível nacional que permita atestar o que é uma ETAR por infiltração, mas, na Austrália, no Canadá e noutros países, supostamente mais avançados, que já estão noutro patamar, é um dos métodos utilizados, uma vez que pode contribuir para o aumento dos aquíferos em termos de solo e para o enriquecimento desse mesmo solo. Acrescentou que a ETAR far-se-ia da mesma forma em termos de tratamento só que, depois a água, em vez de ir normalmente para uma ribeira ou para uma vala, era infiltrada. Referiu ainda que essa proposta baseava-se no facto de ser uma zona arenosa, contudo e por prevenção, foi acertado com a AdCL que antes de se proceder a essas mesmas aquisições na zona das glebas, dever-se-ia fazer um teste que tinha duas vertentes: Uma delas era criar uma mini ETAR, para a qual a INOVA iria fornecer água de outras ETAR`s e fazer o teste para ver como ia responder o próprio terreno

relativamente, não só aos odores, mas também aos níveis freáticos daquela zona. Informou também que, numa outra reunião com a AdCL, o seu Presidente e os seus administradores transmitiram que, de acordo com os testes que foram feitos, a zona das glebas não era propícia para se fazer uma ETAR daquele calibre porque o nível freático se situa na ordem do metro, metro e meio e deveria ser sempre superior aos três metros. Nessa reunião foi proposto que caso fosse entendido que a ETAR fosse por infiltração, ela deveria ser realocizada, eventualmente, na primeira localização ou eventualmente noutra. Contudo, do ponto de vista pessoal, afirmou que, a partir do momento em que há um teste feito aos terrenos naquela zona, tudo aquilo que achou de positivo nas explicações transmitidas pelo Professor Saldanha Matos, esbarraram, estando agora com uma grande preocupação, porque se existem terrenos a pouca distância onde acontecem as descargas, nada garante, sem testes e sem verificação de outras situações iguais no país, que não haja problemas graves, mesmo que se localize uma ETAR por infiltração a 1 ou 2 quilómetros de distância da situação prevista inicialmente. Referiu ainda que, começou-se a considerar que poderia ser feita uma construção clássica, com o lançamento da água tratada para a Vala Real, à semelhança do que se faz para a Ribeira de Ançã, para o Cértima ou para outro tipo de ribeiras que existem junto às outras ETAR`s e que não têm tido qualquer problema. Acrescentou ainda que o Município de Mira está extremamente preocupado com a situação, porque mesmo com os efluentes tratados, politicamente, não gostaria que houvesse uma descarga dos mesmos para a Vala Real, tendo sido transmitido ao senhor Presidente da Câmara de Mira que a ETAR que existia em Cantanhede e a ETAR que existia em Febres descarregaria para a nova, pois seria a única possibilidade. Referiu ainda que, qualquer estação de tratamento que seja feita, vai descarregar, evidentemente, para a Ribeira que lá passa e que, em última instância,

vai descarregar para a Vala Real. Voltou a referir que o grave problema, no momento, é que as descargas estão a decorrer constantemente, sem tratamento diretamente para a Vala Real, e que nos últimos tempos surgiram descargas indevidas, também no lugar de Pisão, na Freguesia de São Caetano, o que é muito preocupante. Sendo certo que, mesmo que seja agora encontrada a solução definitiva para terminar com o problema, apenas será dentro de 2 e 3 anos, seja ela o aumento do coletor, seja ele a condução de uma ou de várias ETAR's. Acrescentou que, tecnicamente, como não é da área, percebe a dificuldade dos próprios técnicos das Águas do Centro Litoral e a preocupação que tem sido constantemente partilhada com a INOVA, que tem estado sempre a analisar e fazer alguma correção que seja necessária fazer nas condutas, mas as Águas do Centro Litoral estão neste momento a monitorizar toda aquela parte dos coletores com os medidores para ver em várias zonas daquele percurso o que é que está mesmo a acontecer. Considera, no entanto, estranho que tudo aconteça de forma excessiva, podendo mesmo ser equacionado que possa haver, como já ouviu dizer, que há mão criminosa no assunto. Considerou muito estranho, por exemplo, que no dia do hastear da Bandeira Azul na Praia de Mira, tenham surgido peixes mortos, todos do mesmo género e do mesmo tamanho, quando o resto dos peixes estavam vivos pelo teste que a Câmara de Mira fez. Referiu não ser normal que as tais afluições indevidas tenham decorrido de descargas ocasionais e com alguns picos de chuva, quando Cantanhede já tinha coletores novos e a rede velha tem sido constantemente alvo de investimentos de milhões pela própria empresa municipal, considerando assim que o facto de a rede poder não estar em bom estado em Cantanhede, Mira e Vagos, não pode ser a única justificação para que tal aconteça. Dirigindo-se ao Sr. Secretário de Estado, afirmou que Cantanhede precisa com urgência que a AdCI e o Governo, tomem medidas urgentes e diga o que é que se



pode esperar, porque é impensável as populações continuarem a suportar aquela situação. Acrescentou que a preocupação é geral, e que evidentemente é o Concelho de Cantanhede que mais preocupa os presentes, mas também se preocupam como facto do que chega à Vala Real, também chega à Barrinha e até à Praia de Mira, portanto, alguma coisa tem que ser feito pelo que agradece, sabendo a grande experiência e a forma excelente que tem para explicar aquela situação, que o Sr. Secretário de Estado do Ambiente informe o que tiver por conveniente sobre o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura agradeceu em nome da Assembleia Municipal as palavras e a explicação detalhada da Sr.ª Presidente de Câmara e convidou, de seguida, o Sr. Secretário de Estado, Eng.º Carlos Martins a partilhar também a sua mensagem.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, o qual, após cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Moura, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio e todos os membros da Assembleia Municipal, começou a sua intervenção afirmando que tem uma sensação algo estranha relativamente ao tema em apreço, porque, de facto, os contornos da situação têm um carácter atípico. Recordou que, ainda o Sr. Presidente da Assembleia Municipal era Presidente da Câmara, teve oportunidade a propósito de uma discussão de outra natureza, de trocar algumas impressões sobre o tema e, na altura, ter dada orientação à AdCL, com a autorizado de fazer algum investimento não previsto no plano de investimentos para reforçar as estações elevatórias e, de facto, foram reforçadas em 20% as capacidades de transporte no sistema elevatório. Acrescentou que, na verdade nos últimos tempos fizeram com que pedisse mais informação e, pese embora, mais 20% de capacidade, a verdade é que os coletores trabalham

praticamente a secção plena quase como se fosse uma conduta de água em vez de ser uma conduta de saneamento 24 horas, quase por dia. Ainda assim, constatou-se que o número de descargas para os meios recetores aumentou relativamente ao histórico até 2016, 2017. Informou, de seguida ter conhecimento que a AdCL está a fazer um estudo exaustivo da rede em alta, da qual já se sabe que apenas foi identificada uma caixa de visita daquele sistema que tinha infiltrações, mas que não justificavam aquelas consequências. Relativamente aos sistemas em baixa, informou que já têm vindo a ser feitas alguns no território de Cantanhede, com a particularidade de serem feitas em parceria com a INOVA, sendo certo que se descobriram um pouco mais de infiltrações, mas que também não justificam as situações que têm vindo a ocorrer. Assim, informou que, por um lado foi dada indicação a semana passada, por sua orientação diretamente às Águas de Portugal, para que a Direção da Engenharia do grupo Águas de Portugal, ajude a identificar o problema existente e que possa encontrar soluções. Informou ainda que, nesse sentido, para além do estudo que ainda vai decorrer das caixas de visita, equaciona-se a inspeção vídeo, que só ainda não foi concretizada porque, de facto, os coletores andam quase sempre com a secção cheia, não o permitindo fazer, estando a aguardar-se pela chegada do verão. Referiu ainda que tudo o que foi registado desde maio e junho é de tal ordem que, mesmo colocando os dias em que choveu e os dias em que não choveu, praticamente o que acontece nas elevatórias é inalterável, ou seja, se está a acontecer algo, não é completamente líquido que possa ser associado a precipitação. Esclareceu que poderá ser infiltração através do nível freático e, nesse caso, a dificuldade é saber onde é que ele está a ocorrer, porque quer seja de noite, quer seja de dia, a secção está sempre cheia. Esclareceu ainda que, o normal nestes casos é que as pessoas façam medição durante o dia, quando o caudal é maior, porque à noite o caudal é

menor, mantendo-se assim até às 6h00 da manhã quando volta a crescer, é a curva típica dos caudais. Infelizmente, verifica-se que o que está a acontecer em Cantanhede, quer seja às 6h00 da manhã, meia-noite ou às 3h00 da manhã, a situação é sempre igual, como se estivesse a ser descarregado uma linha de água diretamente para o coletor algures. Informou ainda que outra medida de sua orientação vai ser tomada, para a qual o Município, eventualmente, será chamado a colaborar, uma vez que tem responsabilidade sobre o tema, no sentido de instalar medidores de caudal nos três maiores produtores industriais. Justificou que têm que se avaliar se os caudais industriais que têm um regime de funcionamento diferente dos existentes nas casas, são suscetíveis de criar alguma situação anómala, encontrando-se já as Águas do Centro Litoral num processo de aquisição dos medidores de caudal para poder instalar nos ramais. Acrescentou que assim já se localizará com muita precisão o que se passa naquelas três ou quatro principais instalações, nomeadamente em dois hospitais e duas empresas, uma em Mira e outra em Cantanhede que têm caudais muito fora do padrão normal. Relativamente ao problema das infiltrações, referiu ter sido já identificado no estudo do professor Saldanha Matos, porque ele próprio, quando realizou os estudos que determinaram que a melhor solução seria a ETAR, também encontrou já face aos dados que havia na altura, uma grande dificuldade de fazer avaliação de caudais de infiltração. Deste modo, julga que, pese embora todo o incómodo, todos os riscos ambientais e até do ponto de vista social que estas questões se colocam, será necessário mais um mês ou dois para apurar o estudo, pois não se consegue apresentar resultados sem fazer uma avaliação mais minuciosa e apurar se alguma coisa estranha está a passar-se. De seguida para ajudar à reflexão sobre o tema, recordou que, não há muito tempo foi Presidente das Águas do Zêzere e Côa e, portanto, numa das suas interpelações

com os Presidentes de Câmara, o Presidente do Município de Almeida, sistematicamente, questionava sobre o porquê de comprar para aí um milhão de metros cúbicos de água e depois pagava três milhões de saneamento, e mais grave ainda numa povoação que faz fronteira com Espanha. Naquele caso propor-se-á de ir lá com ele, juntamente com um técnico à ETAR e, logo que abriram a tampa da ETAR, verificaram que a secção que chegava vinha completamente cheia, quando as do saneamento, quanto muito, são de dois terços de altura no máximo, concluindo, portanto que havia ali algo de irregular. Assim, ficou combinado que se iria criar uma equipa, para ir atrás das caixas de visita para se ver onde tinha havido uma mudança comportamental dos coletores. No entanto, depois disso foram beber uma cerveja a um bar no meio da povoação e quando olhou para a Rua viu um espelho de água muito bonito. De seguida olhou para as caixas de visita do lado de lá e verificou que havia água a entrar nas caixas de visita, tendo questionado o Sr. Presidente da Câmara sobre como funcionava o espelho de água. Após ter ouvido a resposta, descobriu que o coletor dava com manilhas de cimento ainda a atravessar sistematicamente a Ribeira de um lado para o outro para apanhar os coletores nos dois lados, sem caixas devidamente isoladas, ainda por cima com manilhas que não garantiam estanquicidade e como gostavam de ter o espelho de água, metiam sempre taipais para lá o ter todo o ano, só que durante 365 dias, essa água entrava dentro dos coletores. Assim, com um investimento de 60 mil euros, foram feitos dois coletores paralelos às duas margens, fizeram uma única travessia com tubagem, como deve ser, com caixas devidamente seladas e a fatura baixou quase para metade ou menos de metade. Referiu-se de seguida a outra situação que viveu num Município onde passou 25 anos da sua vida, onde, ainda na época não havia coletor em toda a zona, era normal no Verão apanhar as descargas sobretudo dos bairros clandestinos da

periferia de Lisboa nas ribeiras para os encaminhar para os coletores que estavam mais próximos. Acontecia, não raras vezes, que quando começava a precipitação, algumas das equipas esqueciam-se de ir lá retirá-los e a consequência era, inevitavelmente, chegar à ETAR um caudal que era praticamente um caudal total do rio, só não chegava mais porque não cabia dentro coletores. Assim, relativamente ao caso do concelho, admitiu que pelos estudos que já lhe foram presentes das Águas do Centro Litoral, apesar de ainda terem uma validade reduzida porque só respeitam cerca de 2 meses de análises, há qualquer coisa de anormal, seja de parte da indústria, seja das infiltrações, seja de afluições indevidas, sendo estas últimas as que menos o preocupam, porque se fosse só água da chuva havia de haver diferença quando chove e quando não chove e a diferença de facto é mínima. Acrescentou que o seu compromisso é de que os estudos vão continuar, pelo menos por mais dois meses para apurar, nomeadamente, os ramais industriais e a rede na sua totalidade, mas se não for encontrado nenhuma situação anómala, a solução será seguir a orientação que o estudo do professor Saldanha Matos enuncia, não tendo dúvida que das hipóteses A, B e C, a C que é a construção de uma nova ETAR, é claramente a melhor. Acrescentou que a questão é que, eventualmente, se não resultar nada de novo da inspeção dos coletores e se se avançar para essa ETAR, naturalmente, ela vai ter de se construir nalgum local, não se querendo no momento pronunciar-se sobre essa matéria, porque apesar de tudo, esse assunto tem de ser gerido na esfera da AdCL, sendo certo que, embora tendo a tutela, não dá orientações técnicas às empresas, como é óbvio. As empresas têm a sua autonomia, os seus acionistas, os seus municípios, eles próprios são clientes e acionistas, e portanto, com aquela tecnologia dos leitos de infiltração ou com uma solução do tipo tradicional, tem de ser encontrada uma solução. No entanto, recordou e louvou que o Município de

Cantanhede entre 2011 e 2017 colocou no sistema o dobro dos caudais, mesmo no ano de 2017 que foi um ano seco, passando de cerca de 7 milhões para quase 15 milhões, duplicado as quantidades que entraram, tendo reduzido um pouco em 2017 porque 2016, talvez pelo efeito da chuva, houve um abaixamento ligeiro. Acredita assim que, a situação deve decorrer do facto de o Município estar a fazer um trabalho minucioso de ligar melhor os seus ramais à rede, o que é normal, mas na verdade, ainda assim, a população que é servida por aqueles coletores, se não tivesse caudais para além dos que são nitidamente urbanos para a população que serve, seriam suficientes, sendo uma constatação hidráulica, ou seja, tem de haver alguma coisa que está para além da população servida. Manifestou, de seguida a sua preocupação, mas também o seu empenho para que as coisas corram rapidamente assim que estiverem clarificadas, embora seja sempre necessário um período para pôr uma ETAR de um dia para o outro onde quer que seja. Acrescentou que a ETAR em causa, pela sua dimensão, não é uma ETAR que possa ser de módulos pré-fabricados, sendo uma ETAR para cerca de 30 mil habitantes, portanto, não é daquelas que se instalem em meio ano e o assunto fica resolvido. É um processo de concurso que, como todos sabem demora pelo menos 7 ou 8 meses, entre lançar a empreitada e adjudicar e construir, num período entre os 2 anos e os 2 anos e meio. Respondendo a uma das questões colocada pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, sobre o que fazer nesse período, na sua expectativa, a sua esperança, do ponto de vista técnico e também da responsabilidade que tem na área, é que apesar de tudo se possa nestes próximos tempos, descobrir alguma anomalia que reponha, pelo menos, o padrão de 2014, 2015 em que havendo um ou outro eventual acontecimento menos bom, era um episódio ou dois durante o ano. Referiu ser essa sua elevada expectativa de que se possa encontrar ali alguma estranha ligação que esteja a perturbar o funcionamento

normal dos coletores. Esclareceu ainda que, do ponto de vista das tecnologias, a tecnologia da infiltração não sendo uma tecnologia muito corrente em Portugal, não quer dizer que não seja boa, porque tem uma ETAR convencional e, o que é infiltrado é aquilo que seria rejeitado para uma linha de água, pelo que, não há ali nada de especial., sendo certo que só poderá avançar após a realização de uns estudos geológicos um pouco mais apurados, eventualmente, em dois ou três locais que possam ser passíveis de a colocar, a não ser assim, só uma solução do tipo convencional, poderia satisfazer a situação. Acrescentou ainda que irá pedir à AdCL para independentemente do outro tema, ir desenvolvendo em paralelo, porque, se se descobrir alguma coisa na rede, ótimo, se for necessário fazer a ETAR, os estudos devem começar desde já a aprofundar onde é que se deve construir, não podendo desde já comprometer-se a dizer que vai ser mesmo a ETAR de infiltração ou se vai ter de ser mesmo uma convencional. Relativamente à convencional informou que, mesmo que haja acordo entre os Municípios irá envolver um coletor com cerca de 7 Km, tendo já sido mais ou menos estudado, não com o detalhe da Engenharia, mas com o estudo já realizado. Voltou a referir que aqueles estudos vão ser realizados de uma maneira mais apurada nos próximos tempo e que se disponibiliza a reunir dentro de dois ou três meses com o Executivo Municipal, para trazer os resultados de todos os estudos que estão a ser feitos, por um lado, os ligados à nova ETAR, se ela vier mesmo a ser indispensável, por outro o resultado do trabalho de campo que está a ser feito e que vai ter o envolvimento da direção de Engenharia do Grupo das Águas de Portugal. Finalizou a sua intervenção afirmando ser um compromisso que tem todo o gosto em assumir e que gostaria de encontrar uma solução que seja suscetível de resolver um problema que sei que incomoda a todos os presentes, a si duplamente pelas responsabilidades que detém a nível nacional na matéria e porque se encontra

nas imediações de uma praia que tem um histórico, sendo a praia com mais bandeiras azuis na Europa, o que não gostaria perder, portanto, fará tudo para que as coisas corram bem nestes territórios.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura agradeceu as palavras do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins e de seguida desafiou todos os presentes a colocar as observações e as questões que entendessem.-----

----- Deu assim, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, a qual informou esperar que com os testes que estão a ser feitos pela AdCL sejam encontradas as anomalias e que as mesmas sejam passíveis de correção. Referiu ainda que, pensando no que foi definido em 2016 pela AdCL, supõe que o estudo do Professor Saldanha Matos continua a fazer sentido e que, das três soluções apresentadas seria bom que fossem clarificadas, porque há muitas dúvidas sobre se a solução que foi indicada pelo mesmo estudo é realmente a ideal, nomeadamente, da proposta de uma nova ETAR.-----

----- Respondeu o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, que as três soluções são tecnicamente possíveis, por isso foram estudadas e informou que a solução que, do ponto de vista técnico-económico é claramente mais vantajosa é claramente a C. Acrescentou que, uma solução possível seria a duplicação das estações elevatórias e das condutas elevatórias todas, mas do ponto de vista económico muito mais penalizadora, podendo ainda ter como consequência um aumento da tarifa. Concluiu assim que, do ponto de vista de resolver o problema, a solução, de forma tecnicamente mais economicamente é a C, sem dúvida. A outra forma seria a construção de 5 ETAR's pequenas.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, estranhou o facto de serem construídas todas no Concelho de Mira.-----



----- O Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, voltou a referir que a terceira solução é claramente a melhor solução técnica e económica, não tendo a menor dúvida, à luz do que leu e validou do estudo realizado pelo Professor Saldanha Matos que está acima de qualquer suspeita nessa matéria.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referiu que outra dúvida técnica que tem é sobre se, quando foi feita a ligação de Cantanhede e Mira, já existia o coletor que levava os afluentes de Vagos até a mega ETAR em Ílhavo, que depois descarrega no oceano. Acrescentou parecer-lhe que, quando houve a ligação de Cantanhede e Mira, foi colocado um coletor que inicia em Cantanhede e depois se junta a outro, pelo que questionou se esse outro coletor, mesmo com o aumento que vai de Cantanhede a Mira, manteve a mesma dimensão. -----

----- O Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, referiu ainda que o problema não é tanto dos troços gravíticos, mas sim da pressão, ou seja, as tubagens que estão a funcionar como elevatórias, funcionam em regime de pressão, no entanto, a tubagem que está instalada, não é uma tubagem que permita aumentar a pressão indiscriminadamente. Acrescentou que com a colocação de bombas mais fortes o assunto ficaria resolvido, mas o problema é que há um limite para a capacidade de resistência à pressão interior da tubagem que está na elevatória. Conclui que, para aumentar a capacidade de resistência, tudo o que era possível fazer com bombas já foi feito, apenas faltando a substituição das tubagens, não necessariamente de maior diâmetro, mas de maior capacidade de depressão interior.-

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou de seguida que, outro argumento que ouviu na altura e que viu nos estudos que teve que estudar era que, havia técnicos que disseram que a ideia original do sistema foi uma ideia errada e que não se deveria ter feito um coletor de 70 kms, exatamente, por possíveis problemas

idênticos ao que está agora em causa. Assim, analisando Cantanhede e Mira, se houver um problema no percurso do coletor, todo o sistema pode colapsar para trás, podendo, eventualmente, acontecer que esse problema também possa ocorrer em Vagos ou em Ílhavo e que faça com que tudo volte para trás.-----

----- Respondeu o Sr. Secretário de Estado, Eng.º Carlos Martins que à partida, neste sistema não, por uma razão simples, porque o sistema a partir de um determinado sítio é completamente gravítico, sobretudo nos outros Municípios e, portanto, não há possibilidades de retorno pelo processo gravítico que viessem a afetar a zona de Cantanhede.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referindo-se à questão da opção da construção da nova ETAR, referiu que nem ela, nem o Executivo, têm conhecimentos técnicos para, daqui a algum tempo levar à Câmara e à Assembleia, por exemplo, uma proposta de interesse público para desafetar terrenos para que a ETAR seja feita num lugar ou noutro. Considerou que, uma vez que não são os peritos da área, deve existir da AdCL, bem como do Governo, a indicação técnica e perfeita de que a localização e o método que vai ser implementado é efetivamente aquele que for escolhido, pois está muito renitente e com dificuldade em aceitar a possibilidade de uma ETAR por infiltração, perante os dados que a AdCL já transmitiu e tendo a certeza que vão informar negativamente a construção da referida ETAR por infiltração na zona das glebas.-----

----- Respondeu o Sr. Secretário de Estado, Eng.º Carlos Martins informando que, no Município de Loures, onde esteve 25 anos, existia uma ETAR para 40 mil habitantes, que foi a primeira construída em Portugal, e hoje, no local existe uma que ele próprio teve a oportunidade de ajudar a construir e que serve um milhão de habitantes porque serve parte de Lisboa, todo o Lumiar, Telheiras, Amadora, Odivelas

que na altura era Loures, Vila Franca e Sintra, para resolver o problema da poluição. Assim, considera que os sistemas intermunicipais devem ser considerados para se ganhar eficiência, porque não valia a pena, no caso andar a despoluir o rio Trancão na parte de Loures se o resto, não estivesse tratado, continuando a ir sempre para o fim da linha. Recordou ainda que, naquela época era mais difícil, houve várias discussões do então Presidente Câmara de Lisboa, Severiano Falcão, que era do C.D.S, eram discussões que não eram fáceis, mas apesar tudo conseguiram um entendimento e as coisas hoje funcionam bem, felizmente. Acrescentou que há uma razoabilidade técnica que, nalguns casos, se deve sobrepor ao que possam ser as fronteiras de natureza administrativa que, às vezes, não são as melhores para encontrar as melhores soluções que servem as pessoas. Recordou que está disponível para o desafio dos dois a três meses. Referiu ainda que, nestes casos existe sempre um lado bom e um lado mau e o que é que é favorável aqui pode não ser favorável acolá, mas crê que se poderá encontrar, com certeza a solução o que melhor sirva a despoluição das linhas de água com um valor de custo da operação e de investimento que seja mais interessante. Acrescentou ainda ter esperança que havendo evidência técnica, há condições para arranjar consensos políticos que levem a desenvolver as soluções técnicas, pois quer resolver o problema, pelo que o seu empenho em ajudar é grande e a disponibilidade para vir cá falar com os dois municípios, quando tiver uma solução concreta, também é grande.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referiu que, entretanto, ouviu dizer que a construção do coletor podia ter reflexo nas tarifas, porque o investimento é muito grande. -----

----- Respondeu o Sr. Secretário de Estado, Eng.º Carlos Martins, que os custos associados à construção de um novo sistema elevatório são superiores à construção de uma ETAR para 30 mil habitantes.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referiu que, só a Lactogal e o Rovisco Pais equivalem a doze mil habitantes. -----

----- O Sr. Secretário de Estado, Eng.º Carlos Martins, esclareceu que quando fala de habitantes, refere-se aos habitantes equivalentes ao conceito de estação de tratamento.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, questionou se não haverá aumento de tarifas, se houver a construção da ETAR.-----

----- O Sr. Secretário de Estado, Eng.º Carlos Martins, respondeu que, quanto mais baixo for o investimento e mais baixo forem os custos de manutenção e operação associados àqueles investimentos mais baixas são as tarifas. Assim, no seu ponto de vista reforça a ideia de que, parece-lhe claramente melhor que os outros resolvam o problema.-----

----- Interveio e seguida a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, a qual após cumprimentar todos os presentes, agradeceu a vinda do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, a Cantanhede e referiu que a sua presença é bastante importante, sobretudo para ela enquanto autarca de uma junta atualmente afetada pelas descargas. Referiu ser um sinal de que, efetivamente, não só o Município e a Empresa Municipal estão preocupados com aquela questão, mas demonstra também uma grande preocupação na administração central face àquela questão. Referiu ainda ser um problema que não afeta só as Freguesias de São Caetano e da Tocha, apesar desta última ser a mais afetada, mas sim um problema ambiental que afeta o Concelho de Cantanhede e o ambiente que

não é só o das Freguesias da Tocha e de S. Caetano. Reconheceu que já foram esclarecidas as questões relativas às opções face à avaliação embora tenham de aguardar mais 2 meses, mas não existindo conclusões muito claras relativamente ao que é proposto, ou seja, relativamente as inspeções aos coletores nas instalações de medidores de caudal, se todo o estudo for inconclusivo, questionou sobre quais serão as respostas imediatas do Ministério do Ambiente face à situação até que se construa então a tal ETAR? Ou seja, até que se conclua a intervenção no local efetivo daquela terceira opção apresentada no estudo do Professor Saldanha Matos, qual será a resposta, caso não seja resolvido o problema, a dar de imediata às populações, se no prazo previsto de dois, três anos para que todo o processo esteja concluído? -----

----- Respondeu o Sr. Secretário de Estado, Eng.º Carlos Martins, que tem dificuldade em enunciar as soluções que seriam razoáveis, sendo que, no momento, partindo do princípio que não se encontra nenhuma situação grave que restabeleça uma certa normalidade do funcionamento do sistema, só há uma solução. A que vai ser desenvolvida, paralelamente nestes dois, três meses como se fosse uma coisa assumida, nomeadamente, assumir a construção da ETAR e descobrir possíveis localizações e possíveis tecnologias para que, confrontados com a situação de que na rede não se resolve o problema, ter-se-á de construir. Nesse caso há então que reunir consenso sobre a sua localização. Referiu, de seguida que, do que conseguiu ler do estudo do Professor Saldanha Matos, a única coisa que ainda não foi feita, foi junto da elevatória 4, a elevatória mais crítica que já tem uma capacidade de cerca de 900 metros cúbicos para acomodar caudais de ponta, aumentar ainda mais essa capacidade para, como é uma peça chave do sistema, tenha mais tempo para permitir que a repercussão não seja sentida tão rapidamente, tirando isso, tudo o que havia a fazer foi feito, ou seja, o reforço das elevatórias foi feito, sendo certo que, se fossem

fazer coletores novos, também não demorava menos de dois anos, não podendo criar falsas expectativas.-----

----- Retomou a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, concluindo que, está a querer transmitir à Assembleia que, se houver necessidade de avançar para a construção de uma nova ETAR, naquele período de tempo, vai continuar a haver descargas contínuas e não controladas para a Vala Real. -----

----- Respondeu o Sr. Secretário de Estado, Eng.<sup>o</sup> Carlos Martins, não ser tão perentório do não controladas, porque no momento, se está a dar uma atenção de monitorização tão grande que passa a haver um conhecimento de quando ocorrem, em que quantidade ocorrem porque não havia medidores na maior parte das descargas, apenas se sabia o que a elevatória bombava, mas não o que descarregava. Afirmou não poder dizer que, se não houver mudanças de circunstâncias, as coisas se alterem por magia, mas tem uma grande expectativa, apesar de tudo, de que se vai encontrar alguma coisa, porque a situação é muito fora do padrão e ainda que tem a expectativa que seja possível que a solução não seja total, mas, pelo menos que regresse ao que acontecia em 2014, 2015.-----

----- A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano agradeceu os esclarecimentos prestados e reforçou a ideia principal, nomeadamente, que aquela situação é um problema de todos no do Concelho de Cantanhede, Concelho preocupado com o ambiente, não só da Freguesia de São Caetano e da Tocha, estando convicta que a preocupação é transversal a todos os outros Presidentes de Junta de Freguesia e de todas as bancadas representadas na Assembleia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, o qual também agradeceu ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.<sup>o</sup> Carlos Martins, pela sua vinda à sessão da

Assembleia, bem como a explicação que deu a todos. De seguida questionou sobre o facto de, se por acaso, se descobre o problema nos coletores da rede, a ETAR deixa de ter razão de existir ou não.-----

----- Respondeu o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, que depende da natureza do que se descobrir, mas pode acontecer. Esclareceu ainda que, quando fala em recuperar, já em 2014, 2015 havia descargas, logo já nessa altura, havia a evidência de que poderia haver necessidade de uma nova ETAR para que ficassem tranquilos, embora a sua necessidade não fosse tão premente, mas neste momento, transformou-se num problema quase do dia-a-dia pelo que consegue entender.-----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, deduziu que que a ETAR vai mesmo ter que ser feita.-----

----- Respondeu o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins que, eventualmente, com outro dimensionamento, mas admite que tenha de ser feita.-----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves afirmou ser uma preocupação da sua freguesia, mas como referiu a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano, Eduarda Pedro, é um problema do concelho. De seguida, afirmou ser certo que a nova ETAR vai ser instalada na Freguesia da Tocha e as preocupações são algumas, pois só em espaço são necessários 18 hectares, o que é uma enormidade. Informou que também foram feitos os estudos para infiltração e o que foi transmitido ultimamente é que, no sítio onde iria ser construída, no sítio das glebas, o nível freático, tem metro e meio e no outro espaço, pertença dos compartes, tem cerca de 3 metros, terrenos esses que são contíguos. Pelo exposto, concluiu que, daqui a 3, 4, 5 anos, esses terrenos a nível freático de 3 metros, com as sucessivas descargas, com as sucessivas infiltrações, poderão vir a ter os mesmos problemas

que os terrenos das glebas já estão a ter, e sendo assim, dever-se-ia avançar para a ETAR tradicional para a Ria. -----

----- Respondeu novamente o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins que, sobre qual a solução não se quer comprometer, mas se a outra não for viável, a convencional é viável. Acrescentou que não se quer comprometer porque os estudos que foram feitos pelo Professor Saldanha Matos não foram suportados em estudos geológicos, foram suportados numa avaliação do tipo estudo prévio de que era uma solução exequível, testada internacionalmente, mas às vezes, num contexto funcionam, noutra contexto não funcionam. Assim, uma coisa é dizer em teoria que funciona, outra coisa é dizer que poderá funcionar naquele sítio, porque não há dados suficientes para o poder dizer, pois não sabe o tipo de metodologia que foi seguida pela AdCL, não sabe se fez a abordagem certa ou não. Acredita que o caso mereça algum estudo e que o mesmo vai ser feito rapidamente, pois vai solicitar que façam o estudo geológico, esperando que o mesmo dê as melhores pistas sobre a matéria. Referiu ainda que, à partida depende muito da estrutura geológica, porque uma coisa é ter camadas de areia de dez e quinze metros intercaladas com outras ou não intercaladas, ou seja, se não houver nenhuma camada geológica intercalada com a areia, o nível freático não se altera muito, pelo que não é a quantidade de água rejeitada numa ETAR de 30 mil habitantes que altera o nível freático. Acrescentou ainda que, outra coisa diferente é não se saber se tem algumas outras camadas de outra natureza em que a água não é uma água, que tenha digamos o nível freático livre, mas que tem encaixada em dois tratos geológicos, o que faz toda a diferença, assim não pode especular sobre uma coisa que não sabe e prefere esperar que se façam os estudos geológicos, que dirão certezas absolutas se a solução é ou não viável. Concluiu que o compromisso é que se vai fazer o estudo geológico, um estudo



mais apurado, a seguir, se não houver condições morre, se houver condições, pode ficar porque elas são importantes também para as fundações. Esclareceu ainda que mesmo para fundações é preciso fazer um estudo geológico, independentemente da descarga das lagoas de infiltração, preferindo assim esperar que o estudo fosse feito, eventualmente em 2 ou 3 locais que sejam razoáveis do ponto de vista do território face ao que já existe, uma vez que já existem coletores instalados. Referiu que se não há liberdade total para desenhar uma solução do nada, uma vez que já existem coletores instalados, assim, pediu paciência, para poder trazer informações mais concretas, embora reconheça ser difícil quando se está a ser vítima das situações.---

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, lamentando que apesar do problema existir desde 2014, só agora a AdCL vai fazer aqueles estudos e de seguida agradeceu ao Sr. Secretário de Estado, em seu nome pessoal e em nome da Freguesia da Tocha, os esclarecimentos prestados.-

----- Respondeu o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, dizendo que, naturalmente, não se pode pronunciar sobre coisas tão longínquas. Referiu, de seguida, que passou por várias empresas do grupo Águas de Portugal, mas, por acaso, pela AdCL nunca passou e as suas relações com os seus acionistas e clientes municipais sempre foram muito boas. Afirmou estar convicto que o problema é muito mais recente e desde a primeira hora que ele lhe foi apresentado, colocou-se à disposição e deu as orientações que achou que devia dar a AdCL. Informou também que já recebeu da AdCL o relatório intercalar, o que quer dizer que estão a fazer o trabalho, de que sabem olhar para os papéis e os conseguem ler, portanto, em face do relatório que mandaram irá fazer mais perguntas, dar mais orientações e, como já disse várias vezes, a sua disponibilidade é total, mas não pode ir mais longe.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. José Vieira, o qual cumprimentou e deu as boas vindas ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins em nome da bancada do Partido Socialista. Agradeceu, de seguida a eloquência das suas palavras e a explicação técnica que pensa todos terem ficado a perceber qual a possibilidade de resolução do problema existente. Informou também, que foi a bancada do Partido Socialista que trouxe à Assembleia, há mais ou menos três anos e meio a questão em causa, portanto, quando se fala do problema e da ansiedade das populações, estão a falar de três anos já passados e mais dois ou três que virão, sendo essa uma das preocupações da sua bancada. Informou ainda que, tiveram oportunidade de visitar o local com o Deputado Pedro Coimbra e in loco ver realmente o nível de poluição que acontece naquele local, mas, de qualquer forma, estão em consonância com a Câmara Municipal na tentativa da resolução do problema, porque o que interessa é que as populações fiquem com a situação resolvida. De seguida, referiu ter entendido perfeitamente a parte da questão técnica e como é que se pode resolver o problema. No entanto, questionou sobre as possibilidades técnicas de se resolver a poluição que se sente no local porque afeta as populações da zona e não só e afeta os empresários da zona, como aconteceu com a empresa que vendia agriões. Finalmente voltou a referir que a preocupação, que já foi referida na sessão, é precisamente saber tecnicamente se há algo que, durante os dois anos que se prevê da construção da ETAR, seja possível fazer para minimizar uma situação que já não tem dois anos, mas sim cinco ou seis.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, referindo que a experiência da vida, às vezes leva a ter uma ideia diferente das coisas, recordando de seguida que, quando estava em Loures, a Várzea de Loures era

chamada a Horta de Lisboa e havia ali mercado em Entrecampos, para onde iam todos os agriões e alfaces, ainda antes de a ETAR estar construída. Informou que, não eram raras as vezes em que tinha que mandar meter cadeados nas caixas de visita, porque os próprios agricultores, quando não tinham água, metiam sacas de areia dentro das caixas para tapar os coletores para que elas transbordassem para que eles regassem os agriões. Assim, na sua opinião, não acredita muito na ideia de que uma empresa vá à falência, só por causa daquelas descargas, sendo evidente que, o problema põe-se do ponto de vista de saúde pública, porque gostando ou não de agriões, ficaria muito preocupado saber que eles pudessem ser regados com aquela água. Assim, voltou a afirmar que do ponto de vista ambiental e do ponto de vista da saúde pública, é uma situação que não quer nem deseja que se mantenha, portanto, desse ponto de vista, há que encontrar soluções estruturais que respondam rapidamente, o que vai procurar fazer, como já disse. Afirmou ainda não acreditar que, se a solução for a construção da ETAR, a mesma esteja pronta dentro de menos de dois anos, dois anos e meio, mas também não pode, eventualmente, acreditar que alguém possa dizer que faliu por causa de uma questão associada àquele tema, custa um bocadinho a admitir. Portanto, desse ponto de vista e uma vez que esteve ligado à despoluição do rio mais poluído da Europa que era, na altura, o Trancão, hoje teve o grato prazer, mais de 10 anos após a obra para a EXPO, de saber por um professor universitário que foram lá apanhadas três ou quatro espécies raras já em Portugal, que já se fazem lá provas de canoagem e que voltou a vir fauna e flora que já não se via em Portugal. Explicou que, a estação de Frielas descarrega para o Trancão, cumprindo as regras de descarga, não existindo ali nenhum mal, mas sendo mais exigentes com as celuloses e com todas as ETAR`s urbanas que estão no Tejo, porque entendem que o Tejo perdeu, nos últimos 30 anos, 30% de caudal por causa

das alterações climáticas, nomeadamente, porque choveu menos. Isto para dizer que não gosta de relativizar quando tem um problema, pois tem de se enfrentar e resolver, estando presente na sessão com esse espírito, mas também, não pode criar a ideia de que uma coisa é daqui a dois anos ou três dizerem que a AdCL não tem um despacho do Secretário de Estado para poder fazer a obra, porque o investimento não foi autorizado. Informou ainda que o plano de investimentos da AdCL para o próximo ano já foi alterado para acomodar novos investimentos, não só aqui, mas também na Lousã e em Góis, onde também são necessárias obras e todos foram autorizados com o conhecimento dos acionistas e foram aprovados em Assembleia Geral. Finalizou, voltando a referir que autorização que tinha de autorizar, foi dada e as condições estão criadas, mas não pode exigir à administração que faça milagres, porque também ele, não o saberia fazer se tivesse no lugar deles.-----

----- Tomou a palavra, o Sr. Primeiro Secretário da Assembleia, Sr. José Maria Maia Gomes, o qual felicitou a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, pelo esforço que tem desenvolvido em procurar soluções para aquele problema, bem como todo o Executivo e agradeceu ao Governo de Portugal, por no âmbito das suas competências vir assumir através da presença do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, a responsabilidade da solução que vier a ser encontrada para o resolver. Afirmou, de seguida que vinha com uma expectativa diferente e que a intervenção do Sr. Engenheiro, diferente da posição da administração da AdCL, que considera terem sido duma agressividade e de uma quase imposição que, de facto, os deixou preocupados. Assim, felicitou o Sr. Secretário de Estado, Eng.º Carlos Martins, pela sua intervenção, muito semelhante à intervenção que teve, neste mesmo local, o Professor Saldanha Matos no dia 11 de maio, uma intervenção ponderada, de pessoa que percebe o que está a fazer e a dizer e que não se compromete, nem quer

impor soluções. Acrescentou que, de facto, é um problema gravíssimo, mas que, já o Professor Saldanha Matos naquela sua magnífica intervenção de reputado especialista na matéria, foi perentório em alertar para os inconvenientes de soluções apressadas e mal estudadas, deixando claro que a solução a adotar deve ser baseada no conhecimento e sustentada em sistemas experimentais prévios, tipo instalação piloto para permitir concluir se a solução é eficaz e decidir só depois disso. Recordou ainda que o mesmo falou na possibilidade de se poder optar por soluções mistas, por exemplo, mantendo o atual sistema, parcialmente ou totalmente e depois complementada com outra solução e ainda que seria prudente não se abandonar o atual sistema sem haver a garantia de que a solução encontrada seja eficaz. Informou, de seguida que a Hidra e o Professor Saldanha Matos apresentaram um estudo, já com alguns anos, que apresentava três soluções, a solução A, que era o redimensionamento do coletor até Ílhavo, a solução B, que era a construção de cinco ETAR's em Mira e a solução C que era a tal construção da mega ETAR, na Tocha. Só depois disso, falou na possibilidade de haver outras soluções. Afirmou que, na sua opinião, as propostas que a Hidra e o Professor Saldanha Matos apresentaram e os pareceres que defenderam na reunião de 11 de maio são tão importantes e têm tantas implicações para a futuro ambiental do concelho de Cantanhede que deveriam ter uma maior divulgação e discussão entre os cidadãos do concelho e deveriam ser apresentadas pelo seu autor nesta Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia da Tocha para apreciação e discussão, tal como foi apresentado no início do processo, o contrato de adesão do município à SIMRIA. Considerou ainda que, deveriam ser envolvidos na discussão do processo os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Ourentã, Cantanhede e Pocariça, Febres, São Caetano, Cadima e Sanguinheira uma vez que o problema diz também respeito ao saneamento

daquelas freguesias e ainda representantes das forças políticas com representação na Assembleia Municipal. Insistiu com respeito por todos, mas com grande preocupação, que o que está em causa é muito sério e diz respeito ao futuro ambiental do Município de Cantanhede, particularmente da Freguesia da Tocha, pelo que seria muitíssimo importante e prudente continuar a aprofundar o assunto marcando reuniões. Agradeceu ainda a disponibilidade do Sr. Secretário de Estado do Ambiente pela apresentação e discussão das propostas e dos diversos pareceres e pela explicação da razão pela qual a INOVA e a Câmara escolheram a solução C, em detrimento da solução A ou B. Reconheceu que qualquer das propostas apresentadas têm inconvenientes ambientais, contudo a proposta de solução C, que é a construção da ETAR, parece-lhe ser a mais penalizadora para o concelho de Cantanhede. Repetiu que só pode haver boas decisões, se forem tomadas com base em informações completas, detalhadas e sustentadas no conhecimento, como também disse o Sr. Secretário de Estado, e não há certeza de que a decisão tomada de construir uma média ETAR seja de que tipo for, seja por infiltração, que já se viu que não é possível, seja a tradicional, é a melhor decisão, embora com alguns inconvenientes. Na sua opinião parece-lhe que a solução A, que propõe o redimensionamento do coletor até Ílhavo, para além de ser a solução que foi negociada pelo anterior Executivo e que está a ser paga e bem paga pelos munícipes de Cantanhede, cerca de um milhão de euros por ano, deveria ser a primeira escolha, a não ser que haja motivos ambientais absolutamente incontornáveis que não o permitam, questionando assim sobre quais são os motivos porque não se adota a solução A que lhe parece mais lógica. Recordou ter sido a solução negociada pelo anterior Executivo e foi com base nessa solução que foi planeada toda a rede em baixa das sete freguesias, tendo-se desativado a ETAR de Febres, a ETAR de

Cantanhede, a ETAR da Lactogal e não se construiu a ETAR de São Caetano conforme estava prevista ser construída no lugar de Criação, nem se construíram as ETAR's nas Freguesias de Sanguinheira e Cadima porque todo o planeamento da rede em baixa era para que os esgotos fossem levados, conforme foi negociado, mas houve um problema de dimensionamento. Concluiu assim que o diagnóstico da situação ainda não está completamente feito, pois estão alguns problemas identificados, mas falta saber se há por ali alguma coisa que esteja a ser infiltrada, mas julga que, depois de fazer um diagnóstico da situação completa, as soluções a apresentar não se ficariam pela A, B ou C, porque o professor Saldanha Matos, também falou numa situação mista, em que parcialmente fosse utilizado o atual sistema e o restante com uma ETAR. Finalmente, felicitou, de novo, a postura do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, pelo diálogo correto, ponderado, prudente e muito diferente do que estava habituado com as Águas do Centro Litoral.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual agradeceu ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, a disponibilidade para vir explicar as soluções e a posição que de momento é possível aferir. De seguida, congratulou, em nome da Bancada do PSD, a Câmara Municipal por todas as *démarches* que tem efetuado, no sentido de resolver a situação e considerou que as populações devem ser esclarecidas sobre o que já aconteceu e o que está para acontecer, bem como sobre os *timings* previstos. Assim, como a Câmara tem muitos meios de publicitar as suas decisões e o andamento dos processos, considera que pode e deve fazer para que não haja nenhum aproveitamento político daquela situação e para que todos saibam com o que podem contar no futuro, que pelos dados apresentados, pode não

ser tão próximo. Também em nome da Bancada, deixou a sua profunda solidariedade, quer para com os autarcas visados por aquela situação, quer e sobretudo, para com as populações que com ela sofrem. Finalmente, considerando que foram elencadas várias situações que poderão ser as causas das anomalias, tais como infiltrações, descargas industriais mais volumosas, etc, etc., e que as tais descargas de efluentes não tratados se verificam em vários pontos do concelho quer de Cantanhede quer de Mira, distantes entre si cinco quilómetros e nem sequer ficam todos na mesma conduta principal, questionou o Sr. Secretário de Estado sobre se alguma dessas hipóteses que possa ser a causa das anomalias é compatível com aquele padrão de acontecimentos. -----

----- Respondeu o Sr. Secretário de Estado, Eng.º Carlos Martins, que é essa a questão que vão precisamente estudar e não querendo antecipar as conclusões que poderão advir do estudo, recordou que existe sobretudo uma unidade industrial que pode ter um peso significativo no comportamento hidráulico do sistema. Recordou, de seguida que, no Rio Trancão, existiam 450 empresas, mas conhecia-las todas, quanto à produção, as matérias-primas, sobre o que é que produziam e tinha uma base de dados, na qual eram obrigados de 3 em 3 meses, a declararem e a fazerem autocontrolo das alternâncias das matérias-primas ou dos produtos produzidos. Referiu serem essas medidas que podem dar confiança relativamente a esses atores, que não raras vezes compram por exemplo à INOVA, alguns metros cúbicos de água, e depois têm furos que às vezes nem estão licenciados, mas que metem água na produção e depois aparecem no esgoto. Referiu que, infelizmente isso acontece e, portanto, pela dimensão, não está a dizer que é, como é óbvio, pois não gosta de fazer juízos de intenção, mas que se deve medir o caudal no ramal deve, o que espera que seja feito em colaboração entre o Município e a AdCL. Acredita que poderá ser um ou



outro, e ainda tem mais uns três ou quatro que podem perturbar, mas não tanto quanto aquela unidade industrial e acredita ainda que se lá tivesse sido imposta uma estação de tratamento industrial própria, tem quase a certeza que o sistema funcionaria sem grandes perturbações. Naturalmente que, como clientes que são, há que assumir o compromisso com os mesmos, e resolver-se o problema deles enquanto clientes, mas também verificar se estão a cumprir as regras do jogo. Relativamente à última questão colocada, afirmou não conseguir dar uma resposta imediata, pois pensa que se a otimização do sistema for conseguida, colocando tudo o que é possível no atual sistema e avaliando então qual é a necessidade de ETAR para que ela possa ser eventualmente mais pequena, será a medida mais inteligente a tomar, concordando inteiramente. Por isso, quando se chegam a situações destas, considera que exigem uma avaliação mais calma, porque, se calhar, o que pode não ser possível de infiltrar para 30 mil habitantes, pode ser passível de infiltrar com 10 mil habitantes, e nesse caso, os 10 hectares transformam-se em 3. Voltou a referir que, chegado ao ponto em que se está, merecem que sejam ponderadas e avaliadas todas as oportunidades, mas sem desperdiçar a capacidade já instalada só porque é mais fácil. Considerou evidente que as pessoas ficam descansados quando entendem que há recursos disponíveis para encontrar soluções, mas deve-se fazer aqui um esforço para não perder o ritmo, e agora que o Sr. Presidente da Câmara de Mira também tem mostrado preocupação, informou que, quase todos os dias tem o Eng.º Nelson Geada a ligar-lhe, o que quer dizer que também ele deve estar preocupado. Assim, espera que a tensão positiva que está em cima do problema possa ajudar a encontrar soluções rapidamente, sendo esse o seu desejo e sendo esse o seu compromisso, sendo certo que oportunamente, quando a Sr.ª Presidente da Câmara achar oportuno, dentro de um tempo razoável que admite que sejam cerca de 3 meses, estará disponível para

voltar e dizer mais alguma coisa do que o que disse hoje, porque se for para dizer o mesmo, não vale a pena.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º Idalécio Oliveira, o qual, após cumprimentar todos os presentes e em especial o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, agradeceu a oportunidade de poder vir à Assembleia fazer uma referência sobre a preocupação da INOVA, enquanto Empresa Municipal gestora do sistema em baixa do saneamento. Informou, de seguida que parte do concelho, metade sensivelmente, está ligada ao sistema da AdCL. Acrescentou que, desde a adesão em 2005, havia uma previsão para em 2008 a 2030 se fazer a integração plena do nosso sistema em baixa, sistema em alta da SIMRIA na altura, mas observou-se uma rápida evolução no Município de Cantanhede, tendo o concelho de Cantanhede passado a ter 90% do território com redes de saneamento e uma evolução dos caudais. Acrescentou que, por volta de 2012 houve uma forte preocupação da INOVA, porque começavam já a aparecer alguns problemas, tendo-se começado pela avaliação do estado das infraestruturas, dando prioridade aos sistemas que estavam ligados, na altura à SIMRIA, e que agora estão ligados às Águas do Centro Litoral. Frisou que se tratavam de redes mas antigas, onde os problemas se pronunciavam mais, e conforme sabem os Presidentes de Junta presentes na sessão, foi dada prioridade às Freguesias da Tocha, Febres e Cantanhede e Pocariça por serem as redes mais antigas no Município e todas as outras redes serem mais recentes. Assim, naquela perspetiva, à medida que íamos fazendo, inspeção vídeo de coletores desde 2012 e avaliação caixa a caixa, fizeram uma intervenção que se aproxima já dos 2 milhões de euros naquelas redes em baixa, exatamente para minimizar a questão dos problemas que têm redes que provocam

afluências indevidas dos sistemas municipais ao sistema público gerido pelas Águas do Centro Litoral. Referiu de seguida que, no momento, a preocupação é ir mais longe, nomeadamente, avaliar os sistemas prediais, saber o que os particulares descarregam na rede. Acrescentou que esse trabalho já foi feito em regime de *outsourcing* através de empreitadas e irão voltar a fazê-lo através de meios próprios porque é também uma componente que os preocupa e que têm que avaliar, pois não sabem onde existem os problemas. Por esse facto estão em conjunto com a AdCL, que desde a primeira hora se disponibilizou para o efeito, a fazer essa avaliação conjunta na rede mais próxima das Cochadas, para ver se detetam algum problema grave que obriga a uma intervenção urgente, para minimizar aqueles caudais. Referiu ainda que, de facto, relativamente às perspetivas de evolução do sistema, rapidamente atingiram o que estava previsto na solução inicial e no contrato de adesão e, portanto, haveria a necessidade de se fazer alguma coisa, mas talvez há mais tempo, porque foi integrado o sistema da Tocha e desativada a ETAR da Lactogal, uma empresa que tem um contributo importante para os caudais naquela zona. Começou-se a sentir que estava a chegar mais caudal à rede do que seria previsível e, portanto, isto é um processo que já tem alguns anos para a INOVA. Informou ainda que, atualmente não há nenhuma rede que seja executada sem ser previamente inspecionada, com inspeção vídeo, antes de ser recebida pela empresa, estando-se a fazer a última rede que colocará o sistema em baixo da cobertura do Município de Cantanhede perto dos 99%. Assim, têm sensibilizado e têm alertado as Águas Centro Litoral que a evolução das zonas industriais, nomeadamente, a Zona Industrial de Cantanhede e da Tocha, para a evolução do sistema em baixa no sentido de servir os nossos clientes e não terem retrocesso, ou seja, o esgoto tem que dar entrada e tem que ser absorvido no sistema intermunicipal. Infelizmente, verifica-se

que não tem acontecido, tendo-se verificado o que já foi várias vezes repetido na sessão, nomeadamente, descargas principalmente na zona das Cochadas e mais recentemente junto de outras estações elevatórias. Afirmou que as estações elevatórias das Aguas do Centro Litoral não têm capacidade para levar o esgoto que lá chega e as tubagens que estão à frente também não têm capacidade, sendo um sistema em cadeia que bloqueia a montante, sendo a montante o Município de Cantanhede. Recordou, de seguida que a INOVA em 2016 acompanhou a apresentação do estudo prévio elaborado pela Hidra com responsabilidade do Sr. Professor Saldanha Matos e deu parecer favorável à solução C, das três soluções que foram apresentadas, uma solução que apontava para a instalação da tal ETAR. Entendeu a INOVA, na altura, que era a solução que criava mais autonomia ao sistema, não ficava tão dependente do que se passava depois do Município de Cantanhede, nomeadamente, dos municípios de Mira, de Vagos e de Ílhavo, não ficaria dependente daquele sistema em cadeia, mas todos chegaram à conclusão que a solução inicial era uma solução errada, estava tudo muito dependente de uma coisa das outras. Referiu ainda que, parte do sistema em alta já estava instalado quando a INOVA aderiu e, portanto, saber-se-ia que, rapidamente, seria deficitário, facto que se encontra transcrito em várias informações, porque, de facto, não era expectável que fosse tão rapidamente e a prazo, o sistema tinha que ser revisto e redimensionado. Fazendo referência ao que o Sr. Secretário de Estado disse, a INOVA está a medir já há algum tempo os caudais provenientes dos grandes utilizadores do sistema, dos grandes produtores industriais, medindo, controlando e a pedir o autocontrolo da qualidade do efluente que estão a avançar na rede, sendo certo que há situações que têm que ser pressionadas para serem resolvidas e que têm vindo a acontecer. Esclareceu ainda que estão a fazer aquela medição também para saber se, de facto,

os grandes produtores estão a lançar mais esgoto do que seria expectável, porque sabem que nas redes prediais industriais ou outras, infelizmente, ainda há muita gente com captações próprias em furos e em poços e, depois descarregam a água que usam no sistema de saneamento, o que é um problema que deve ser atacado, não é novidade. Recordou que a INOVA fez campanhas com *outdoors* espalhados pelo Município de Cantanhede a apelar, a sensibilizar as pessoas para que eliminassem aquelas situações que causam fortes distúrbios no sistema de saneamento, bem como para não ligarem águas provenientes de caleiras ou de caves porque o sistema de saneamento não está preparado para receber este tipo de caudais e deixa de funcionar. Finalmente, voltou a referir que a INOVA está preocupada com a questão que se reflete no serviço que presta as pessoas, pautando-se por prestar um serviço de qualidade, com equilíbrio em termos de preços, o que também é uma preocupação e, portanto, se o esgoto sair numa caixa algures no Concelho de Cantanhede têm reflexo imediato na Empresa Municipal que gere o seu sistema em baixa. Por isso, apesar das descargas não se estarem a observar no sistema em baixa, mas no sistema em alta é certo que a preocupação também é da INOVA porque é uma empresa exemplo, em termos ambientais e tem a ver com todas aquelas problemáticas e todas aquelas matérias.-----

----- O Sr. Presidente deu, de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual agradeceu, mais uma vez, a disponibilidade do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, não só pela sua vinda, mas também pela disponibilidade futura que demonstrou para poder continuar a analisar uma situação tão preocupante como a que está a acontecer em Cantanhede e também em Mira. Referiu ter noção que as populações vão continuar a pressionar, sendo já uma questão política difícil de gerir, mas acredita que a solução vai ser encontrada. Afirmou

que, do ponto de vista do Município e concretamente da INOVA, o trabalho tem que ser sempre feito com qualidade, porque o que se pretende é, que o Município tenha cada vez mais qualidade e que as suas praias sejam cada vez mais zonas atrativas em termos de turismo. Finalmente e mais uma vez, agradeceu a presença e as explicações dadas pelo Sr. Secretario de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins.-

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Foi entretanto dada a palavra ao Sr. Vereador, Gonçalo Magalhães, o qual relativamente à questão abordada sobre a ética e a transparência do Executivo Municipal, afirmou que não sente alguma falta de ética ou transparência por parte dos seus colegas de Executivo, ou seja, sempre que há alguma questão que possa ser sensível, de facto, até aqui todos têm tido uma postura que considero correta, em prol de uma boa democracia, deixando claro que, pelo menos da sua parte como Vereador do Partido Socialista, não acha que haja qualquer problema em termos éticos.-----

----- Finalmente o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, agradeceu mais uma vez, em nome do Município de Cantanhede e da Assembleia Municipal a presença do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, esperando que o mais breve possível possam ter novamente uma reunião de trabalho com o Executivo, num sinal

de que, eventualmente, as boas soluções ponderadas, possam vir para Cantanhede e seja ele próprio a anunciá-las.-----

----- Finalmente, sendo 20h20 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: